



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANGELA CRISTINA SOUZA ARRUDA

**O MOBIL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA
REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICA DA DITADURA MILITAR**

Salvador
2018

ANGELA CRISTINA SOUZA ARRUDA

**O MOBRAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA
REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICA DA DITADURA MILITAR**

Trabalho apresentado como avaliação parcial do Componente Curricular EDCB97 – Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), como requisito para obtenção de aprovação da proposta de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Marinho Sequeira.

Salvador

2018

ANGELA CRISTINA SOUZA ARRUDA

**O MOBRAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA
REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICA DA DITADURA MILITAR**

Trabalho apresentado como avaliação parcial do Componente Curricular EDCB97 – Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), como requisito para obtenção de aprovação da proposta de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

Banca Examinadora

Sandra Maria Marinho Sequeira – Orientadora _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Brasil

Universidade Federal da Bahia

Gilvanice Barbosa da Silva Musial – Examinadora _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Universidade Federal da Bahia

Rejane de Oliveira Alves – Examinadora _____

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, Brasil

Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente nas horas de angústias, desesperos e aflições. Sem Ele, nada disso seria possível. Também sou grato ao Senhor, por ter dado saúde aos meus familiares e tranquilizado o meu espírito nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica até então. A nossa Senhora Aparecida, minha intercessora que esteve presente em todos os meus momentos difíceis.

Agradeço também à minha família, que encheu meu coração de amor e esperança. que me proporcionou a tranquilidade e o conforto que tanto precisava para vencer esta etapa. Aos meus três filhos: Yuri, Caio e Camille pelas palavras de incentivo, otimismo e orgulho não me deixaram desistir da faculdade, muito menos desse trabalho de conclusão. Agradeço também ao meu marido e meu patrocinador que jamais me negou apoio, carinho e incentivo. Obrigada, amor da minha vida, por aguentar tantas crises de estresse e ansiedade. Sem você do meu lado esse trabalho não seria possível. A minha mãe e irmãs que mesmo distantes torceram e torcem por mim. E ao meu pai (in memoriam), que trouxe as minhas memórias da infância para escolha do tema de TCC. Aos meus cunhados e cunhadas e em especial a minha cunhada Zó, pela admiração e a todos da família que acreditaram que seria possível e foi. A minha nora Thainá, que me falou do edital se não fosse ela não estaria aqui fazendo os agradecimentos. E a outra nora Brenda para não ficar com ciúmes obrigada pela torcida. Sem a força de vocês eu não conseguiria seguir em frente.

A esta universidade eu deixo meu agradecimento profundo, porque sempre encontrei os recursos necessários para evoluir e alcançar todas as metas.

A todos os professores e em especial a minha orientadora Sandra Marinho, por exigir de mim muito mais do que eu supunha ser capaz de fazer. Agradeço por transmitir seus conhecimentos e por fazer do meu TCC uma experiência positiva e por ter confiado em mim, sempre estando ali me orientando e dedicando parte do seu tempo a mim. Obrigada por tudo, pela paciência, pela amizade e pelos ensinamentos que levarei para sempre.

Aos meus amigos, que me apoiaram e que sempre estiveram ao meu lado durante esta longa caminhada, em especial a minha amiga e vizinha Rita, que muitas vezes compartilhei momentos de tristezas, alegrias, angústias e ansiedade, mas que

sempre esteve ao meu lado me apoiando com palavras confortadoras. Não poderia deixar de agradecer também este trabalho a duas pessoas especiais em minha vida acadêmica, a Vitoria Patricia e a Gabriela Scaldafferri, duas amigas fundamentais nessa trajetória, sempre me escutando, me apoiando e ajudando, nas parcerias de trabalhos acreditando que seria capaz e possível e foi. A vocês minhas amigas, dedico este trabalho e todo meu carinho que levarei comigo para sempre.

Aos amigos que contribuíram direta e indiretamente como Leda Maria, Arisneuza, Elza, Tais, Lirane, Ana Márcia, Alana, Luiza e a Sammara, que fez esse sonho se tornar realidade. Não poderia deixar minha amiga Cida de fora dos agradecimentos, pois contribuiu muito com empréstimos de materiais para meus trabalhos, um desses foi a “Menina Bonita do Laço de Fita” obrigado amiga. A estes dedico meu trabalho, sem a ajuda, confiança e compreensão de todos, este sonho não teria se realizado. Agradeço a Deus por ter colocado anjos na minha trajetória acadêmica.

A todos que contribuíram, e os que não contribuíram, meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo tratou do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, um programa de alfabetização de adultos criado nos anos 1960, após o Golpe Militar. O Mobral tomou o lugar do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), então idealizado por Paulo Freire no início dos anos 60 do século XX, cujos ideais eram promissores em termos de Educação no Brasil. O Mobral, que durou quase duas décadas, foi um dos programas de educação mais caros que o Brasil já teve, mas que fracassou, especialmente porque seus objetivos eram ideológicos e não condiziam com a realidade da EJA. Este trabalho foi fundamentado a partir do estudo de autores como Paulo Freire, Vanilda Paiva, Moacir Gadotti e José Romão. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura. A questão orientadora do estudo: em que sentido o Mobral contribuiu para alfabetização de jovens e adultos na ditadura militar. O objetivo geral é: compreender o contexto histórico na implementação do Mobral e seus impactos na Alfabetização de Jovens e Adultos no período da Ditadura Militar. O trabalho está dividido em 3 capítulos que versam sobre a história do Movimento Brasileiro de Alfabetização a partir do Estado Novo e as primeiras campanhas de alfabetização de adultos, as contribuições de Paulo Freire para a EJA e o Plano Nacional de Alfabetização, o advento do Golpe Militar e o surgimento do MOBREAL. Vanilda Paiva (2003) acredita, ainda, que o Mobral não deu certo porque o programa foi imposto, não foi idealizado por seus educadores, não possuía material didático adequado, os professores não recebiam uma boa remuneração e tratava-se de um instrumento para impor o autoritarismo do regime militar.

PALAVRAS-CHAVE: Mobral; Educação de jovens e adultos e idosos; Alfabetização.

ABSTRACT

The present study dealt with the Brazilian Literacy Movement, the Mobral, an adult literacy program created in the 1960s, after the Military Coup. Mobral took the place of the National Literacy Plan (NAP), then idealized by Paulo Freire in the early 1960s, whose ideals were promising in terms of education in Brazil. The Mobral, which lasted almost two decades, was one of the most expensive education programs that Brazil ever had, but failed, especially because its objectives were ideological and did not fit the reality of the EJA. This work was based on the study of authors such as Paulo Freire, Vanilda Paiva, Moacir Gadotti and José Romão. The methodology used was the literature review. The guiding question of the study: in what sense did Mobral contribute to the literacy of youth and adults in the military dictatorship? The general objective is: to understand the historical context in the implementation of Mobral and its impacts on the Literacy of Young People and Adults in the period of the Military Dictatorship. The work is divided into three chapters that deal with the history of the Brazilian Literacy Movement from the Estado Novo and the first adult literacy campaigns, the contributions of Paulo Freire to the EJA and the National Literacy Plan, the advent of the coup Military and the emergence of MOBREAL. Vanilda Paiva (2003) also believes that Mobral did not work because the program was imposed, it was not designed by its educators, it did not have adequate didactic material, the teachers did not receive a good remuneration and it was an instrument to impose the authoritarianism of the military regime.

KEYWORDS Mobral; Education of young people and adults and the elderly; literacy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AJA	Alfabetização de Jovens e Adultos
CCP	Centro de Cultura Popular
CEAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescente e Adultos
CEPLAR	Campanha de Educação Popular da Paraíba
CF	Constituição Federal
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CONFINTEAS	Conferências Internacionais para Educação de Adultos
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DM	Ditadura Militar
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
GM	Golpe Militar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento da Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNAC	Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UEE	Unões Estaduais de Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	proposta de educação de Paulo Freire é considerada 'educação do futuro'.....	23
Imagem 2	Matéria de jornal divulgando o sucesso da experiência do Método Freire no Rio Grande do Norte.....	24
Imagem 3	Método Freire faz sucesso no México.....	26
Imagem 4	Método Freire utilizado nos EUA.....	27
Imagem 5	Estátua de Freire (2º da esquerda para a direita) em Estocolmo, Suécia, ao lado de outras personalidades, como Pablo Neruda, Angela Davis, Mao Tse tung.....	27
Imagem 6	Freire alfabetizando nas Ilhas Fiji.....	28
Imagem 7	Freire no 1º Seminário de Alfabetização na República de São Tomé e Príncipe, em 1976.....	28
Imagem 8	Coordenando o Programa de Alfabetização da Guiné-Bissau, ainda nos anos 70	29
Imagem 9	Recebendo um prêmio em Bruxelas, na Bélgica.....	29
Imagem 10	Recebendo um prêmio da UNESCO.....	30
Imagem 11	Homenagem em Veneza, em 1989.....	30
Imagem 12	Tanques em frente ao Congresso Nacional patrulhando a Esplanada dos Ministérios após o Golpe Militar	31
Imagem 13	Blindados ocupando as ruas após o Golpe Militar	31
Imagem 14	Cartaz de recrutamento de analfabetos para o MOBRAL.....	37
Imagem 15	Cartilha do Mobral, p. 14-15	44
Imagem 16	Cartilha do Mobral, p. 28-29	44
Imagem 17	Cartilha do Mobral, p. 50	45
Imagem 18	Cartilha do Mobral, p. 22-23	46

Imagem 19 Perseguição política no período da Ditadura Militar	50
Imagem 20 O então deputado Rubens Paiva, que foi torturado e morto pela ditadura, em 1971	51
Imagem 21 O jornalista Vladimir Herzog, morto dentro do Centro de Operações de Defesa Interna, órgão subordinado ao exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 1964	51
Imagem 22 Campanha pró Diretas Já na Praça da sé, SP	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO: DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE 1947 À EXTINÇÃO DO MOBRAL.....	15
2.1 O ESTADO NOVO E AS INICIATIVAS DO GOVERNO NAS PRIMEIRAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: UMA EFERVESCÊNCIA NA EDUCAÇÃO NACIONAL	15
2.2 PAULO FREIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	19
2.2.1 O Golpe Militar de 1964 e a extinção do Plano Nacional de Alfabetização	31
3 MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL): A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DITADURA MILITAR	36
3.1 MATERIAL DIDÁTICO DO MOBRAL: PEDAGÓGICO OU IDEOLÓGICO?	42
3.2 FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES DO MOBRAL	47
4 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E OS NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 60 do século XX, o teórico Paulo Freire se empenhou no trabalho de alfabetizar adultos e seus ideais tomaram conta de todo o Brasil. Sua proposta de alfabetizar jovens e adultos (AJA) era bastante promissora e a habilidade de letrar 300 pessoas em 40 horas influenciou a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), em meados de 1963, e ficou conhecida como “Método Freire¹” (MOURA; SERRA, 2014).

O programa visava alfabetizar 1.834.200 adultos, abrangendo 8,9% dos brasileiros não alfabetizados com idade entre 15 e 45 anos, um total de 20,442 milhões de pessoas no ano de sua criação. “O PNA pretendia instalar, em 1964, 60.870 círculos de cultura e [...] seriam implantados em quatro etapas sucessivas (cada uma com duração de três meses) em todas as unidades da federação” (LIMA, 2017, p. 26). Apesar do sucesso da proposta de Freire, com o Golpe Militar ele foi obrigado a se exilar em outros países pelos dezesseis anos seguintes. Dentre os países pelos quais Freire passou nessa época, pode-se citar Chile, Estados Unidos, Suíça, Zâmbia, Tanzânia, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique (ROMÃO; GADOTTI, 2012).

O Plano Nacional de Alfabetização deu, então, lugar ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que surgiu como uma continuação do projeto de alfabetização para adultos. Criado pela Lei 5.379/67, o Mobral previa alfabetização funcional e educação continuada para adolescente e adultos, porém, com fundo ideológico e ideais diversos daqueles almejados pelo Plano Nacional de Alfabetização. Para Vanilda Paiva (1987) a criação do Mobral atribuiu ao Ministério da Educação o trabalho de alfabetizar os adultos “financiando 1/3 do seu custo, cooperando com movimentos isolados de iniciativa privada, financiando e orientando cursos para analfabetos entre 15 e 30 anos” (PAIVA, 1987 p. 293).

Rodrigues (2011) entende que o Mobral estava muito mais imbuído na alfabetização, dentro de uma perspectiva mecânica no ato de alfabetizar,

¹ A denominação “Método Freire” foi amplamente utilizada naquela época para se referir às ideias de Paulo Freire. No entanto, nos dias atuais essa denominação é contestada e há um debate para desmetodologizar e incluir “concepção freiriana”, considerando que método é um caminho, tem um rigor que não comporta de forma ampla e aberta as formulações de Freire.

marcando um retrocesso em relação as experiências anteriores freirianas. Convém destacar que os alfabetizandos estavam destituídos de uma formação humana. A proposta assumiu a educação como “investimento com vistas à qualificação de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico do país” (RODRIGUES, 2011, p. 15). Com efeito, pode-se compreender o Mobral como um programa de caráter político e ideológico. Considerando que o objetivo primordial da educação deve ser a formação do ser humano, uma educação que vise apenas a formação técnica em detrimento do subjetivo e do pensar autonomamente não reflete os valores que se espera de um indivíduo bem preparado.

Naquele contexto histórico, vivia-se a Ditadura Militar que se estendeu até 1985 e ocasionou sérios impactos para a educação brasileira, que até os dias atuais, após a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, tem seus reflexos no ensino. A Carta Magna brasileira assevera que “a educação é um direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96 (LDB), maior lei nacional na organização da educação, em seu artigo 37º § 1º, defende que os sistemas de ensino nacionais devem garantir, com gratuidade, a oportunidade de escolarização a indivíduos que não puderam estudar na idade regular; além disso, a mesma lei ressalta a importância de privilegiar “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996).

Considerando os percursos que a Educação de Jovens e Adultos atravessou ao longo dos tempos no Brasil e a importância da educação em qualquer tempo, o presente estudo apresenta enquanto problema de pesquisa: em que sentido o Mobral contribuiu para alfabetização de jovens e adultos na ditadura militar? O objetivo geral é compreender o contexto histórico na implementação do Mobral e seus impactos na Alfabetização de Jovens e Adultos no período da Ditadura Militar. Enquanto objetivos específicos têm-se: discorrer historicamente sobre o Mobral; discutir sobre a alfabetização de Jovens e Adultos em seu contexto histórico; estudar o Plano Nacional de Alfabetização;

destacar a importância do trabalho de Paulo Freire para a Alfabetização de Jovens e adultos.

Trata-se de um estudo cuja metodologia é a revisão de literatura, um tipo de pesquisa que se utiliza de publicações científicas. De acordo com a UNESP (2015) a revisão bibliográfica “é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica”. Por “Literatura” o autor entende que se diz respeito a “todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos” (p. 2).

A escolha desse tema justifica-se pela sua importância na minha infância, cujas memórias estão presentes até hoje, na vida adulta. Muitos detalhes daquela época ficaram registradas e ainda tocam fundo, por isso a escolha de discorrer sobre o Mobral. Essa temática era constante na década de 60 e 70 do século XX, pois meu pai alfabetizava jovens e adultos, e sua iniciativa me encantava, especialmente porque ele conseguia alfabetizar dominando apenas a leitura, escrita e as quatro operações matemática básicas. Presenciar sua força de vontade e amor pelo que fazia cultivou em mim um interesse muito particular pela Educação de Jovens e Adultos.

Fundamentado a partir do estudo de autores como Paulo Freire, Vanilda Paiva, Moacir Gadotti, José Romão, entre outros, este trabalho está dividido em 3 capítulos. O primeiro capítulo é a Introdução. O segundo capítulo está subdividido em 3 subcapítulos e aborda sobre Os antecedentes históricos do Movimento Brasileiro de Alfabetização a partir do Estado Novo e as primeiras campanhas de alfabetização de adultos, as contribuições de Paulo Freire para a EJA e o Plano Nacional de Alfabetização e, por fim, o advento do Golpe Militar e suas consequências para o projeto de alfabetização de adultos. O segundo capítulo discorre sobre o MOBREAL e como a EJA foi tratada durante a Ditadura Militar. E o terceiro Capítulo trata da Educação de Jovens e Adultos a partir da redemocratização do país, quando os militares saíram do poder.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO: DA CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE 1947 À EXTINÇÃO DO MOBRAL

Este capítulo visa atender os três primeiros objetivos específicos propostos e vai discorrer sobre a educação de jovens e adultos em seu contexto histórico, discutir sobre o Plano Nacional de Alfabetização e sobre o Mobral, apresentando seu contexto histórico e como se deu a educação de jovens e adultos da década de 1940 até sua extinção.

A Educação de Jovens e Adultos é parte integrante da história da educação no Brasil e pode ser considerada um dos campos mais importantes no processo educacional. Paiva (1973) conceitua a EJA como “toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários” (p. 16). Por isso, vários são os esforços dos pensadores em educação de democratizar o acesso ao conhecimento nesse nível de ensino. De acordo com Vanilda Paiva apud Araujo (2005) “Os Ideais democráticos e socialistas impulsionaram a luta em favor da educação popular nos últimos 50 anos” (p. 168).

Desse modo, é importante discutir o processo histórico da educação de jovens e adultos tanto na perspectiva educacional quanto política, perpassando pelas leis e políticas públicas que marcaram o seu desenvolvimento desde o Estado Novo, passando pela implantação do Plano Nacional de Educação e pelo Mobral até os dias atuais.

2.1 O ESTADO NOVO E AS INICIATIVAS DO GOVERNO NAS PRIMEIRAS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: UMA EFERVESCÊNCIA NA EDUCAÇÃO NACIONAL

O Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o período compreendido entre os anos de 1937 e 1946, quando Getúlio Vargas estava no

poder. Esse regime político autoritário, conhecido como um regime ditatorial, caracterizava-se por centralizar o poder, ser nacionalista e anticomunista. Instaurado por meio de um golpe com o apoio do exército nacional, os anticomunistas da época criaram o Plano Cohen, afirmando que os comunistas pretendiam tomar o poder e que isso seria uma ameaça, o que criou uma instabilidade política no país.

Rodrigues (2016) afirma que

Aproveitando-se dessa instabilidade, Getúlio Vargas referendou a carta constitucional inspirada na Carta fascista da Polônia. O teor desse documento tinha caráter corporativista e chancelava a centralização do poder Executivo na administração política e econômica do país. Em 10 de novembro de 1937, o congresso Nacional foi fechado por Vargas, e a Constituição elaborada por Francisco Campos passou a vigorar. Desse modo, instaurou-se o regime autoritário do Estado Novo (RODRIGUES, 2016, p. 1).

No contexto do Estado Novo, a preocupação com a educação enfatizava o ensino profissional, o ensino superior, o trabalho intelectual e o aprimoramento da mão-de-obra. Então, todos os esforços empregados no Manifesto Pioneiro da Escola Nova² retrocederam, considerando que a educação voltou-se às classes mais abastadas (CARVALHO, 2011).

Com o fim do Estado Novo, a democracia recuperou seu fôlego e, na década de 1940, a educação de adultos avançou consideravelmente no Brasil. Tratava-se de uma importante política naquele contexto tendo em vista que o censo da época evidenciava um índice de analfabetismo de 55% dos indivíduos com mais de 18 anos. Desse modo, as autoridades perceberam a necessidade de alfabetizar, especialmente para atender as demandas de profissionalização das empresas (PAIVA, 2011).

Com a redemocratização do país na Era Vargas, a necessidade de ampliar as bases eleitorais, exigiu que a educação dos adultos se tornasse importante

²Documento escrito por 26 educadores, em 1932, que propunha servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social. Ou seja, o objetivo era ter um ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação (MENEZES, 2001).

para o governo que realizou em 1947 a primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA), uma iniciativa inédita que previa alfabetização em até 90 dias. Nesse sentido, foram implantadas muitas instituições de ensino supletivo para a população mais carente. A campanha foi estabelecida em resposta às pressões internacionais por causa do alarmante índice de analfabetismo no país. De acordo com Passos et. al. (2013) a dimensão da campanha foi enorme e “houve uma grande mobilização, começando com dez mil classes, atendendo todos os municípios, e uma vasta produção de materiais pedagógicos” (p. 40).

A alfabetização era prevista para três meses e, logo após, seria feito o curso primário em dois períodos de sete meses. Posteriormente, o indivíduo poderia fazer um curso profissionalizante. Nessa configuração de ensino, permanece o aspecto missionário, redentor e assistencialista desta educação. Para os professores pertencentes ao funcionalismo público era destinado um pagamento considerado insuficiente, atraindo apenas os mais necessitados (PASSOS et. al., 2013, p. 40).

Essa campanha entendia que a educação era o meio de proporcionar aos sujeitos em processo de alfabetização o domínio da cultura e seu ajustamento social. Por meio da educação seria possível que os indivíduos não alfabetizados participassem do desenvolvimento socioeconômico do país e melhorassem sua própria condição de vida.

De acordo com Almeida e Corso (2015), os investimentos direcionados à educação nesse tempo histórico eram considerados uma solução para os problemas sociais. O não alfabetizado era alvo de preconceito e sua falta de instrução era compreendida também como a razão para sua pobreza, ignorância, falta de higiene e por não contribuir socioeconomicamente com a sociedade. Para a sociedade, não estar alfabetizado significava ter fracassado, o que gerava situações de discriminação e humilhação como se o indivíduo estivesse impedido de se desenvolver social e economicamente. Tratava-se não apenas de aprender a ler e escrever, mas de proporcionar a esses sujeitos a oportunidade de dominar a cultura do seu tempo e melhorar sua condição social.

Moura e Serra (2014) completam que o analfabetismo na década de 1940 era compreendido como “causa do subdesenvolvimento no país e o analfabeto

considerado como um sujeito incapaz, excluído do direito de votar, além disso, o trabalho de alfabetização com esses adultos era oferecido de forma infantilizada” (p. 5).

Nesse contexto, ao alfabetizador cabia uma missão que ele deveria cumprir. E, por alfabetizador, entende-se uma pessoa qualquer sem formação profissional específica, dado que letrar adolescentes e adultos não era uma tarefa difícil e “qualquer pessoa podia desempenhar essa função” naquela época (ALMEIDA; CORSO, 2015, p. 1287). Assim, os alfabetizadores foram recrutados em grande quantidade e sua remuneração era inferior a de um educador preparado.

A partir dos anos 50 do século XX, a campanha já apresentava diversas deficiências que acentuaram novamente a questão do analfabetismo do país. Paiva (2011) considera que as iniciativas governamentais para alfabetizar os adultos variavam a cada mudança de governo e as propostas e campanhas poderiam ser consideradas “como forma de manutenção do poder e manter o status quo, cujas estratégias não visavam perspectivas de futuro escolar aos alunos”.

Além disso, Vanilda Paiva apud Araujo (2005) considera que:

Em 1950 a evolução do pensamento católico fortaleceu a esquerda marxista ditando sobre uma sociedade menos repressiva e que era possível intelectualmente, cristãos e marxistas colaborarem mutuamente contra o capitalismo e a vontade de mudar o social através da conscientização do Homem, contra a submissão e desenvolver métodos para a promoção dele (p. 170).

Nesse momento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) incentivou a constituição de programas localizados para alfabetizar os adultos, para atender as regiões consideradas mais necessitadas. Então, aconteceu o Primeiro Congresso de Educação de Adultos, em 1952, onde foi instituída a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), destinada à alfabetização na região nordeste. Para o governo daquela época, a importância da escolarização dos adultos era fundamental para a democracia, a cidadania e o desenvolvimento do país (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Dadas fracassadas as tentativas de alfabetizar os adultos, no ano de 1958 foi lançada uma nova campanha: a Campanha Nacional de Erradicação do Alfabetismo, em contrapartida às críticas à primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescente e Adultos, de 1947. Dentre as críticas direcionadas à primeira campanha de alfabetização, Almeida e Corso (2015) destacam “as precárias condições de funcionamento, a baixa frequência e aproveitamento dos alunos, a má remuneração dos professores e sua conseqüente desqualificação, e a inadequação de programas e do material didático à sua população” (p. 1288). Todavia, era um projeto bem parecido com o primeiro e logo apresentou falhas.

Nesse contexto, segundo Paiva apud Araujo (2005), “chega a Educação Libertadora de Paulo Freire e a preocupação humanista com a realização do Homem pela educação para todos” (p. 170). A proposta de educação de adultos de Freire respeitava as peculiaridades dos estudantes das mais diversas regiões do país e influenciaram os principais programas governamentais de alfabetização de adultos da época (MOURA; SERRA, 2014).

2.2 PAULO FREIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Paralelamente ao fracasso dos programas de alfabetização do governo, surgiam os movimentos de educação popular, movidos pelas ideias de Paulo Freire. Freire (1921-1997), patrono da educação no Brasil e teórico brasileiro com maior atuação e reconhecimento em todo o mundo, especialmente devido à concepção teórico e metodológica de educação.

O final da década de 1950 e início da década seguinte foi marcada por intensa mobilização social em torno das reformas educacionais. O Brasil estava no auge do seu populismo e experimentava importantes mudanças na política, na sociedade e na economia, e todas essas transformações se refletiram também nas iniciativas públicas voltadas à educação dos adultos.

De acordo com Streck (2009) a política populista da época visava acomodar as massas nas estruturas sociais sem, no entanto, mudar sua

essência. Os populistas precisavam da força da pressão popular garantida por meio da sensibilização das massas para defender seus interesses de poder executar as reformas propostas. Para isso, criou-se espaços de participação popular que fugiram ao controle do governo e dotou a população de uma consciência maior que o planejado.

Nesse contexto, a sociedade lidava com a ascensão da classe trabalhadora. Diferentes movimentos, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), O Movimento da Educação de Base (MEB), a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” e a União Nacional dos Estudantes (UNE) assinalavam uma transformação social com vistas à formação intelectual dos trabalhadores (ALMEIDA; CORSO, 2015).

Fávero (S/D) fez uma síntese dos movimentos populares mais notórios da época, a saber:

Maio 1960 MCP - Movimento de Cultura Popular, criado inicialmente no Recife, depois estendido a várias outras cidades do interior de Pernambuco, quando Miguel Arraes era respectivamente prefeito da Capital depois governador do Estado.

Fev. 1961 Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, criada em Natal, na gestão de Djalma Maranhão na Prefeitura Municipal e Moacyr de Góes na Secretaria de Educação.

Mar. 1961 MEB - Movimento de Educação de Base, criado pela CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil, com apoio da Presidência da República.

Mar. 1961 CPC - Centro Popular de Cultura, criado por Carlos Estevam Martins, Oduvaldo Viana Filho e Leon Hirzman, na UNE - União Nacional dos Estudantes e difundido por todo o Brasil pela UNE-Volante, em 1962 e 1963.

Jan. 1962 Primeira experiência de alfabetização e conscientização de adultos, feita por Paulo Freire no MPC (Centro Dona Olegarinha); logo depois, no início de sua sistematização no Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife.

Jan. 1962 CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba, criada por profissionais recém-formados, oriundos da JUC - Juventude Universitária Católica, e por estudantes universitários.

Set. 1962 Campanha de Alfabetização da UNE, a partir de experiência iniciada no então Estado da Guanabara, em out. 1961; depois do Movimento Popular de alfabetização.

Jan. 1963 Experiência de Alfabetização de Adultos pelo Sistema Paulo Freire, em Angicos, no Rio Grande do Norte.

Jul. 1963 Experiência de Brasília, ponto de partida para a adoção do Sistema Paulo Freire em vários Estados, no bojo das ações de Alfabetização e Cultura Popular patrocinada pelo Ministério de Educação e Cultura.

Jan. 1964: Criação do Plano Nacional de Alfabetização, com implantação iniciada na Baixada Fluminense, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro (p. 1/2).

Era o apogeu do populismo no Brasil e tais movimentos foram muito importantes para a educação popular da época e delineavam o tipo de educação que as camadas populares mereciam ter.

Conforme afirmam Moura e Serra (2014, p. 5)

No final da década de 50 e início de 60, as políticas públicas voltadas à educação de adultos sofreram mudanças abrindo espaço a um novo olhar acerca dos problemas frente à alfabetização. A essa nova visão, sobre o analfabetismo, foi considerada a pessoa não alfabetizada uma formadora de conhecimento e, correlacionada às mesmas ideias, veio também a afirmação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, tendo como referência o educador Paulo Freire. Segundo Freire, as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, o educador chamava a atenção de que o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos

Paulo Freire, então, trabalhava no Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, onde se destacava por suas experiências com a alfabetização de adultos. O teórico desenvolvia um novo arcabouço epistemológico para a alfabetização de adultos e a educação popular.

As experiências-piloto do sistema de alfabetização e conscientização de Paulo Freire aconteceram no Movimento de Cultura Popular do Recife, em 1962: primeiramente no Centro de Cultura Dona Olegarilha, depois com um grupo de operários da Prefeitura. Ainda em 1962, ocorreu sua sistematização, no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Paralelamente, Paulo Freire e sua equipe assessoraram a CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba na implantação do sistema em João Pessoa, inicialmente trabalhando com um grupo de domésticas da JOC - Juventude Operária Católica e, logo a seguir, com diversos grupos em bairros operários. Mas a experiência que projetou o sistema foi a experiência de Angicos, Rio Grande do Norte, no início de 1963. Nesse mesmo ano, Paulo Freire também supervisionou a implantação dos círculos de cultura em cidades satélites de Brasília, vindo a firmar seu prestígio junto ao Ministro da Educação¹⁰. Simultaneamente, ocorria uma verdadeira “escalada” do sistema, em plano nacional, principalmente tendo em vista sua adoção por grupos universitários e secundaristas, mobilizados pela UNE - União Nacional dos Estudantes, assim como pelas UEE — Uniões Estaduais de Estudantes e coordenados principalmente pela Ação Popular, que liderava o movimento estudantil naqueles anos (FÁVERO, S/D, p. 1).

Para ele, a educação precisava ser um instrumento de conscientização do educando, especialmente aquele desfavorecido socioeconomicamente, de modo que a educação o libertasse de sua condição de 'oprimido'. O pensador combateu com veemência as 'escolas burguesas' e a chamada 'educação bancária', caracterizada pela recepção automática de conhecimentos em detrimento do pensar criticamente.

A educação bancária, que tem por referência as teorias tradicionais do currículo, compreende os(as) estudantes como depósitos vazios a serem preenchidos por conteúdos do domínio exclusivo do(a) professor(a). Nessa concepção, o(a) estudante é percebido como alguém que nada sabe, como ser passível de adaptação e ajuste à sociedade vigente. A curiosidade e a autonomia vão-se perdendo na produção do conhecimento, uma vez que o conhecimento é narrado pelo(a) professor(a) como algo acabado, estático. Assim, expõe-se o(a) estudante a um processo de desumanização (MENEZES; SANTIAGO, 2014, p. 49).

De acordo com os autores, a contribuição Freiriana se deu “a partir da crítica à educação bancária e no movimento de superação pela formulação de uma educação libertadora”; essa educação, segundo Freire apud Menezes e Santiago (2014, p. 49) “se realiza como um processo pelo qual o educador convida os educandos a reconhecer e desvelar a realidade criticamente”. Nas palavras do próprio Paulo Freire:

O trabalho educativo deve ser feito “com” o homem e não “para” o homem. Por consequência, os materiais a serem usados com os alunos não poderiam ser uma simples adaptação daqueles que já eram utilizados com as crianças. Subjacente a essas novas práticas propostas estava a concepção sobre o adulto a ser alfabetizado, que não poderia mais ser visto como alguém ignorante e imaturo, mas como um ser produtor de cultura e de saberes. Por isso, um dos pressupostos que baseavam a sua proposta de alfabetização era que a leitura do mundo precedia a leitura das palavras. Além disso, afirmava que o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado é que deveriam ser problematizadas (FREIRE apud SOARES E GALVÃO, 2011, p. 268).

Na perspectiva Freiriana, a educação bancária é aquela em que apenas situa o homem no mundo, como alguém que existe, mas não é protagonista da sua própria vida. De acordo com o patrono da educação brasileira, a educação,

ao contrário disso, deve desenvolver a consciência e estimular a criticidade em detrimento da memorização, uma vez que memorizar não representa um ato cognoscitivo.

A educação proposta por Freire foi considerada, então, “a educação do futuro”, conforme matéria de jornal divulgada à época (imagem 1). E o título da matéria em questão fazia jus ao que os pensadores de educação constatariam anos mais tarde e que tornou Freire um ícone para a educação mundial.

Imagem 1: proposta de educação de Paulo Freire é considerada ‘educação do futuro’.



Fonte: Tavares, 2017.

Foi o novo modo de pensar de Freire que o tornou um símbolo para a educação de adultos por meio de uma metodologia inovadora e própria de trabalho, que considerava, de modo pioneiro, as peculiaridades dessa Educação em relação aos educandos, ponderando que a educação era um ato político e, através dela, o indivíduo poderia tanto ser submisso, quanto liberto. Tudo dependia de como ela era direcionada. A concepção dialógica de educação proposta por Freire, percebia o estudante não apenas como um receptor de conhecimentos. De acordo com Passos et. al. (2013) no método Freire

O educador selecionaria uma série de palavras geradoras que desencadeariam um processo de problematização da realidade e as formas de superá-las. Essa concepção de educação propõe que o mantenedor do ensino não se descuide da preparação técnica profissional do professor e também não se aceite a posição de neutralidade política da EJA (p. 40).

O método Freire, contrário à proposta tradicional de alfabetização, consistia num método de alfabetização de adultos rápido, que se utilizava de palavras geradoras, ou seja, os vocábulos mais utilizados pelos alunos e que têm sentido na sua realidade. A primeira vez que o educador aplicou seu método foi no Centro de Cultura Dona Olegarinha, um dos círculos de cultura instalados pelo PNA, na cidade do Recife. Inicialmente, Freire executou o método com 5 alunos e 3 aprenderam a escrever em 30 horas; os outros dois alunos desistiram antes de terminar. Depois, o método freiriano foi aplicado na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, onde alfabetizou 300 pessoas em 45 dias (CAPUTO, 2016).

Imagem 2: Matéria de jornal divulgando o sucesso da experiência do Método Freire no Rio Grande do Norte.



Fonte: Marinello, 2014.

Freire entendia que o analfabetismo não era resultado da situação econômica do indivíduo, mas das desigualdades sociais impostas a eles por uma sociedade injusta. Sua pedagogia dissociava de todas as ideias de alfabetização anteriores. A dimensão das suas ideias fez com que, no ano de 1963, o Ministério da Educação encerrasse a Campanha Nacional de Educação de Adultos, de 1947, e convocasse Paulo Freire a elaborar o Plano Nacional de Alfabetização ou Programa Nacional de Alfabetização (PNA).

Diante da situação que a educação no país estava sendo encarada, Freire mudou o significado das décadas anteriores ao trabalhar o conceito de que o adulto não era causa do subdesenvolvimento do país. Enquanto isso, com a influência dos movimentos de alfabetização popular e o reconhecimento por seu trabalho com a educação de adultos, o Governo pôs fim na Campanha de Educação de Adultos e encarregou Freire na elaboração e desenvolvimento de um Programa Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação (MOURA; SERRA, 2014, p. 6/7).

O Programa Nacional de Alfabetização foi criado pela Comissão do Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação por meio do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, cujo método seria desenvolvido por Paulo Freire. Sua criação foi a saída que o Ministério da Educação e Cultura encontrou para ordenar “os movimentos de educação de base e/ou alfabetização de adultos e adolescentes que vinham-se multiplicando em todo o país a partir de 1961” (CUNHA, 2009, p. 47).

A implantação do PNA efetivou-se através de projetos-piloto e, em janeiro de 1964, o programa recebeu verbas federais para adquirir equipamentos necessários à implantação do programa. O programa foi amplamente divulgado nas localidades onde seriam implantados, mas os trabalhos foram restritos à implantação dos círculos de cultura, pois o PNA foi extinto no mesmo ano devido ao Golpe Militar de 1964.

Para Vanilda Paiva (2003) o pensamento Freiriano estimulava uma “educação corajosa”, onde o indivíduo seria “sujeito” de seu próprio aprendizado a partir da ponderação de suas potencialidades por meio de uma “postura conscientemente crítica diante de seus problemas” (p. 280). Até os dias atuais, o modo de pensar de Freire influencia sistemas educacionais em todo o mundo. Nesse sentido, Menezes e Santiago (2014) ressaltam que

Filósofos, educadores e curriculistas, comprometidos com o paradigma da educação emancipatória de vários países, compartilham a ideia de que o pensamento de Freire está sempre em movimento e dialoga com diferentes questões contemporâneas, assim como traz elementos norteadores para a construção da teoria curricular crítica e eticamente empenhada na humanização dos sujeitos (p. 45).

Prova disso é a marca que Freire deixou na educação em todo o mundo e que até hoje, mais de duas décadas após sua morte, o conclama como um dos maiores pensadores de todos os tempos. Paulo Freire atuou nos cinco continentes, em países como Austrália, Itália, Nicarágua, Ilhas Fiji, Índia, Tanzânia, México, Estados Unidos, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola, entre outros. Suas ideias o tornaram conhecido internacionalmente, conforme é possível ver nas imagens abaixo, que relatam o sucesso de Paulo Freire em todo o mundo. Daí sua importância muito mais no cenário internacional.

No México, Freire dialogou com educadores e também influenciou os movimentos de educação popular por lá, se fazendo presente num contexto de grandes transformações (imagem 3)

Imagem 3: Método Freire faz sucesso no México



Fonte: Gonzalez, 2016.

Nos EUA, o teórico também deixou suas marcas e atraiu o olhar dos americanos para o icônico método de alfabetização (imagem 4).

Imagem 4: Método Freire utilizado nos EUA



Fonte: Gonzalez, 2016.

Considerado uma referência mundial, Paulo Freire ganhou uma estátua em Estocolmo, onde estão ainda as esculturas de outras personalidades de todo o mundo (imagem 5). As esculturas expostas nessa praça sueca é uma homenagem a pessoas notáveis de diferentes épocas, cujas ideias são consideradas muito importantes para “a construção de um mundo humano, mais justo e livre” (GONZALES, 2016, p. 2).

Imagem 5: estátua de Freire (2º da esquerda para a direita) em Estocolmo, Suécia, ao lado de outras personalidades, como Pablo Neruda, Angela Davis, Mao Tsetung.



Fonte: Gonzalez, 2016.

Assim como fez no México e nos EUA, Freire também aplicou seu método de alfabetização de adultos nas Ilhas FIJI (imagem 6).

Imagem 6: Freire alfabetizando nas Ilhas Fiji.



Fonte: Gonzalez, 2016.

Em São Tomé e Príncipe, Freire conseguiu, com seu método, reduzir pela metade o índice de analfabetismo (imagem 7). Bufarah (2003) lembra que após a independência, mais de 60% dos são-tomeenses não sabiam ler nem escrever, por isso, Freire foi convidado a trabalhar para erradicar o analfabetismo e conseguiu “reduzir este índice a uma cifra entre 25 e 30% da população”.

Imagem 7: Freire no 1º Seminário de Alfabetização na República de São Tomé e Príncipe, em 1976.



Fonte: Gonzalez, 2016.

Na África, Paulo Freire também deixou seu legado e demonstrou simpatia à cultura africana. Foi convidado pelo governo de Guiné-Bissau para contribuir com a educação de adultos (imagem 8). Nas palavras do próprio Freire (1978):

As contribuições a Guiné-Bissau não se detinham a estudar técnicas e métodos de alfabetização isolados, neutros, capaz de ser aplicado em qualquer contexto. Mas buscavam compreendê-los a partir de práticas referentes a uma teoria do conhecimento e a uma opção política (p. 18).

Imagem 8: Coordenando o Programa de Alfabetização da Guiné-Bissau, ainda nos anos 70.



Fonte: Gonzalez, 2016.

Além disso, Paulo Freire recebeu diversos prêmios e homenagens em todo o mundo, como é possível observar nas imagens 9, 10 e 11.

Imagem 9: Recebendo o Prêmio Rei Balbuíno para o desenvolvimento internacional em Bruxelas, na Bélgica.



Fonte: Gonzalez, 2016.

Imagem 10: recebendo o Prêmio UNESCO, em 1986, da Educação para a Paz.



Fonte: Gonzalez, 2016.

Imagem 11: Homenagem em Veneza, na Itália, em 1989.



Fonte: Gonzalez, 2016.

Todas essas imagens, e muitas outras que não estão sendo apresentadas aqui, situam Paulo Freire num lugar especial para a educação em diferentes países em todos os continentes e o evidenciam como um dos maiores teóricos de todos os tempos que reverenciou a educação e viu nela a maior possibilidade de emancipação do indivíduo.

Apesar da grande propaganda e das expectativas postas ao Mobral e de, inicialmente, se pretender seguir os passos da proposta de alfabetização de Freire, o método utilizado pelo referido programa se diferenciou bastante daquela proposta. A metodologia utilizada no Mobral era muito mais genérica e não contemplava as peculiaridades dos jovens e adultos, mostrando-se, posteriormente, um fracasso.

No Brasil, da década de 1960, o importante trabalho que Freire estava desenvolvendo foi contido pelo advento do Golpe Militar, que o fez exilar-se em diferentes países, voltando ao Brasil somente após o fim da Ditadura.

2.2.1 O Golpe Militar de 1964 e a extinção do Plano Nacional de Alfabetização

O Golpe Militar de 1964 rompeu com o ciclo das liberdades democráticas na história do Brasil, foi responsável pelas mudanças políticas, econômicas e socioculturais da época em consonância com o ideário militar. Realizado em 31 de março de 1964, a Ditadura Militar (DM) depôs o então presidente João Goulart, conhecido como Jango, e colocou os militares no governo do país até o ano de 1985 (MOREIRA, 2011).

Imagem 12: tanques em frente ao Congresso Nacional patrulhando a Esplanada dos Ministérios após o Golpe Militar.



Fonte: WIKIPEDIA, 2018.

Imagem 13: Blindados ocupando as ruas após o Golpe Militar.



Fonte: WIKIPEDIA, 2018.

Apesar de ter sido deflagrado em 1964, o Golpe Militar começou a ser planejado ainda no ano de 1961, quando Jango tomou posse da presidência do Brasil. Nesse momento, o panorama brasileiro já era bastante controverso e apresentava desequilíbrio político, alto índice de inflação, problemas advindos do governo anterior, Juscelino Kubitschek (JK), intensa desigualdade social e problemas agrários.

João Goulart era um político de ideias progressistas e, por isso, apostou nas Reformas de Base (reforma urbana, bancária, eleitoral, universitária e reforma do estatuto do capital estrangeiro) para lidar com os problemas postos a seu mandato. Três dessas propostas de reforma afrontavam os ideais da direita do país, em especial a reforma agrária, que mexeria com a estrutura latifundiária, que muito refletia a colonização do Brasil. Além disso, outro problema era a reforma eleitoral, que previa o retorno do Partido Comunista e o voto dos analfabetos (60% dos brasileiros à época) (FERREIRA, 2013).

As ideias de Jango poderiam gerar muitos problemas para os partidos políticos mais influentes bem como aos grupos economicamente predominantes. O fato de tais propostas partirem de um presidente da república e do referido presidente ter o apoio popular, sinalizava uma força popular e isso incomodava a direita do país. A esquerda estava sendo apoiada por comunistas, católicos, estudantes, sindicalistas e outros segmentos sociais que defendiam com veemência as Reformas de Base (DELGADO, 2010).

Dadas as discrepâncias nos ideais dos grupos de direita e esquerda, a Forças Armadas começaram a elaborar o golpe militar juntamente com a CIA (*Central Intelligence Agency*) dos Estados Unidos da América (EUA) com vistas às eleições de 1962. Por isso, a queda de Jango era fundamental para os interesses da direita, que conspiraram para que isso acontecesse. Com toda a efervescência sócio política da época, o governo de Jango era aprovado pela maioria; mas em 1963 a proposta da Emenda Constitucional favorável à reforma agrária foi derrubada, o que favoreceu a direita (VALLE, 2014).

Os agentes da CIA e seus mercenários nativos, encarregados de promover “hidden World War Three”, executaram no Brasil, desde

1961, as mais variadas modalidades de operações políticas (PP), covertaction e spoilingaction, engravescendo a crise interna e induzindo, artificialmente, o conflito político à radicalização, muito além dos próprios impulsos intrínsecos das lutas sociais, das quais a comunidade empresarial norte-americana participava como significativo segmento de suas classes dominantes. A técnica consistiu em induzir a radicalização das lutas de classes, mediante a guerra psicológica de atos de provocação, de modo a socavar a base de sustentação social do governo e só lhe restasse a apoio da extrema esquerda. A consequência era a sua desestabilização. [...] essa técnica implicaria a colocação de uma bomba relógio acertada pelo agente da base, seguindo-se uma demonstração de massa e, finalmente, a intervenção dos militares em nome da restauração da ordem e da unidade nacional (VALLE, 2014, p. 13/14).

Além disso, no mesmo ano de 1963, houve uma rebelião de sargentos da Aeronáutica e Marinha, que tomaram o Supremo Tribunal Federal em Brasília, protestando contra declaração de inelegibilidade dos sargentos eleitos em 1962 (LAMARÃO, 2009). Então, após uma entrevista do jornalista político Carlos Lacerda afirmando que o governo de Jango era ‘um governo de incertezas’, e considerando o cenário conturbado que estava instaurado, o presidente solicitou ao Congresso Nacional a declaração de estado de sítio, atitude que abalou ainda mais seu governo.

Com todo esse caos político, alta inflação e baixo crescimento econômico, João Goulart organizou o Comício da Central do Brasil em 1964, onde solicitou ao Congresso um plebiscito para aprovar as reformas sugeridas por seu governo, ato que foi considerado uma tentativa de centralizar do poder na pessoa do presidente (MOREIRA, 2011).

As atitudes do então presidente levantaram suspeitas por parte do Congresso e essas desconfiças repercutiram na mídia, que insinuava que Jango poderia dissolver o Congresso para aplicar os ideais de reforma por meio de força. Esse clima de suspeitas atraiu rejeição de muitos brasileiros, especialmente da classe média e, com o apoio dos militares contra o governo de Jango, os EUA entraram em cena para executar a “Operação Brother Sam”, em 31 de março de 1964. De acordo com Corrêa (2017):

O general Olympio Mourão Filho marchou com suas tropas de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro e iniciou o processo de deposição do presidente João Goulart com o apoio dos EUA e das Forças Armadas. O Golpe foi

concluído na madrugada de 02 de abril de 1964, quando o Congresso, em sessão secreta realizada de madrugada, declarou a Presidência da República vaga (p. 1).

Foi então que o governo da nação passou das mãos de João Goulart aos Militares, que manteriam o Brasil sob regime de ditadura por 21 anos, até 1985, sob o comando de sucessivos militares.

Com a queda do então governo, o projeto de alfabetização de adultos proposto pelo Ministério da Educação a Paulo Freire foi interrompido, pois o governo militar entendia que o movimento de alfabetização de adultos planejado para o país se tratava de uma ideologia, “coisa de esquerda” (Passos et. al. ,2013, p. 42). Então, além de desmontarem “todo o aparato acumulado durante a década anterior”, os militares refrearam os grupos idealizadores dos programas de alfabetização, o que exigiu que Paulo Freire e outros expoentes da educação se exilasse.

Com as próprias palavras de Freire (1980) apud Moura e Serra (2014)

O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de 70 dias (com muitos outros, comprometidos no mesmo esforço). Fui submetido durante quatro dias a interrogatórios [...] Livrei-me, refugiando-me na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964. Na maior parte dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar, além de minha “ignorância absoluta” [...] era o perigo que eu representava (p. 7).

Almeida e Corso (2015) colocam que:

[...] com a intervenção dos militares apoiados pelas elites civis, todas as manifestações de reformas foram abolidas e colocadas na clandestinidade. [...] apenas o Movimento de Educação de Base foi mantido, sob o custo da ruptura com os compromissos da educação de classe que vinha desenvolvendo e da revisão de seus objetivos teóricos e metodológicos, além de sua mudança geográfica (deslocamento do Nordeste para a Amazônia). Com o Golpe de 1964, o país ingressou na fase capitalista monopolista de Estado. O Estado, ao mesmo tempo em que atuou com base em uma política econômica fortemente modernizadora, manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a desigual distribuição de renda. [...] o golpe militar produziu uma ruptura política, os movimentos de educação e cultura popular foram reprimidos e seus dirigentes censurados. A Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi interrompida e seus dirigentes foram presos (p. 1290).

Nos primeiros anos após o golpe militar, a educação de adultos foi desprezada e esse desinteresse do novo governo gerou grande repercussão internacional, o que fez com que a UNESCO interviesse e passasse as orientações pedagógicas brasileiras desse segmento para a responsabilidade de técnicos americanos. De acordo com Almeida e Corso (2015)

Três foram as ações criadas para a EJA pelo regime civil-militar. Em primeira instância, o governo autoritário criou a Cruzada Ação Básica Cristã (Cruzada ABC). Organizada como programa de impacto estadunidense, com financiamento e acordos MEC-USAID, e ideologia da segurança nacional, a Cruzada visava a integração e subordinação ao capital internacional. Sua ação restringiu-se, no entanto, a distribuição de alimentos para manter elevada a frequência escolar. Como uma das respostas àquele período de intensa mobilização social, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (p. 1290).

Sobre os fracassos ocorridos na educação brasileira nos primeiros anos, o Estado, assumi diretamente o domínio da alfabetização de jovens e adultos. Em 15 de dezembro de 1967, foi então criado pela Lei nº 5.379, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de alfabetizar 11,4 milhões de jovens e adultos. O Mobral vigorou no país pelos próximos 15 anos e assinalou um dos mais famosos e caros programas de alfabetização de adultos da história do Brasil.

3 MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL): A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DITADURA MILITAR

Com o golpe militar, os programas de interesse dos partidos anteriormente no poder foram erradicados, dentre os quais o projeto de Freire para a alfabetização de adultos. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, exterminou o Programa Nacional de Alfabetização concebido por Freire, que objetivava abolir o analfabetismo no país, considerando que ameaçava os ideais militares. “O PNA era tão importante e necessário para a transformação do Brasil que, segundo revelou a Central de Inteligência Americana - CIA, foi um dos primeiros alvos a serem combatidos durante o regime militar” (OLIVEIRA, 2010).

Porém, as mobilizações sociais levantadas pelas ideias do governo de Jango e a euforia do Plano Nacional de Alfabetização continuaram após o golpe, mas o Programa extinguiu-se. Por isso, como resposta àquelas mobilizações, os militares no poder criaram, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL, o programa de alfabetização mais rico que o país já teve (SANTANA, 2007).

Diante a importância da educação de jovens e adultos naquele contexto, o Estado não poderia abdicar desse segmento educacional, especialmente porque era um poderoso instrumento de interferência na sociedade e a comunidade internacional estava observando o país. Com efeito, era necessário manter a ideia de que o Brasil estava em desenvolvimento e isso não seria possível se não tivesse uma política de educação direcionada à população. Paiva (2014) compreende que a imprensa foi importante para divulgação dos objetivos do Mobral e contribuiu para “doutrinar” a população

Nesse sentido, os idealizadores do MOBRAL se mobilizaram para trazer sujeitos jovens e adultos não alfabetizados ao projeto. Em cartaz espalhado pelas cidades (imagem 14) é possível observar a tentativa do governo militar em recrutar alfabetizandos.

Imagem 14: Cartaz de recrutamento de analfabetos para o MOBRAL



Fonte: Ribeiro, 2018.

Para Santos (2014), a apreciação desse tipo de cartaz de recrutamento do Mobral sugere que

Havia uma tentativa de recrutar a população para aderir ao movimento[...]uma peculiaridade do projeto era o caráter comunitário, ao qual para o seu sucesso deveria contar com a participação de toda a sociedade. Dessa maneira, cabia a todos o dever de acabar com o analfabetismo do país, afinal, "O povo vive em ordem. O povo ajuda o país. Todos devem ajudar" (SANTOS, 2014, p. 311).

A análise dessa imagem faz perceber que o Mobral naquele momento significava um grande projeto para o governo, especialmente porque se tratava de um meio de atender às manifestações populares. E o recrutamento deu certo. No primeiro ano, 7 milhões de alunos foram matriculados, o que corresponde a 38% dos brasileiros não alfabetizados naquele momento (SACONI, 2010).

Passos et. al. (2013) relatam que

[...] determinando o uso dos Fundos Nacionais de Ensino Primário e Médio, na alfabetização de maiores de dez anos, através do Decreto de nº 57.895/66 [...] foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização, como Fundação MOBREAL, que funcionava com uma estrutura paralela e autônoma ao Ministério da Educação e reeditou a campanha nacional, conclamando a população a fazer sua parte nesta campanha, recrutando alfabetizadores, sem muita exigência (p. 42).

O MOBREAL tinha o pretense objetivo de “erradicar” o analfabetismo no Brasil num prazo de 10 anos, porém sua proposta de alfabetização era completamente diferente da proposta do PNA e focava numa alfabetização

funcional, cuja preocupação era que os adultos aprendessem a ler, escrever e fazer cálculos sem, contudo, exercer sua criticidade. Moura e Serra (2014) ressaltam que

O trabalho pedagógico no MOBREAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem (p. 7).

Os investimentos no Mobral eram altos. Paiva apud Mello e Rafante (2016) afirmam que os financiamentos provinham de 1% do imposto de renda das empresas, além de 24% da renda líquida da Loteria Esportiva, o que significava, em 1971, um valor médio de 25 milhões de dólares. Todavia, apesar dos altos investimentos no programa, o MOBREAL não continuou o que era previsto no PNA e, segundo Almeida e Corso (2015) “centralizou as iniciativas, como órgão de concepção e de execução, restringindo o conceito de alfabetização à habilidade de aprender a ler e a escrever” (p. 1290).

Beluzo e Toniosso (2015) ressaltam que a educação prestada durante a ditadura “tinha caráter tecnicista, voltada para a formação de mão de obra”. Por isso, “visava o aprendizado, interesse e adaptação do alfabetizando ao meio profissional, copiando assim o modelo existente nas fábricas e indústrias, fazendo da educação um processo de burocratização” (p. 199).

Sobre esse aspecto, Vanilda Paiva (2003) assevera que:

O analfabeto seria um empecilho para que o indivíduo pudesse desenvolver atividades sociais e econômicas, ter experiências e formar opiniões no decorrer da sua vida. Era o analfabeto um homem destituído de um instrumento essencial para que pudesse manifestar-se como homem. Por isso mesmo, a erradicação do analfabetismo era uma exigência cívica, pois “social e intelectualmente capazes, os brasileiros formarão uma pátria unida e autêntica”, participando todos do progresso social, “não apenas com a matéria humana aparente, mas com a espiritualidade básica de ser” (p.266).

Sobre as semelhanças e diferenças entre o PNA e o MOBREAL, Passos et. al. (2013) asseveram que

Os métodos e materiais propostos pelo MOBRAL se assemelhavam aos elaborados pelo movimento de educação e cultura popular, partindo de palavras geradoras retiradas da realidade do educando para ensinar em padrões silábicos. Porém, essas semelhanças eram apenas superficiais, pois o conteúdo crítico e problematizador foi esvaziado, por meio de mensagens que valorizavam o esforço individual, para se integrar ao processo de desenvolvimento nacional. Além disso, o material era padronizado em todo o país (p. 43).

Com efeito, observa-se que a alfabetização proposta pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização usou a proposta de Freire, ainda que de modo profundamente disfarçado. Rybczynski (2014) assevera que o método empregado no programa buscava “desenvolver as habilidades de leitura, escrita e contagem, o raciocínio, a facilitar a resolução de seus problemas e os de sua comunidade, formar hábitos e atitudes positivas, a criatividade [...]”. Para o autor a uma grande distorção entre o método do MOBRAL e o Método Freire “era o fato de no Mobral haver uma uniformização do material utilizado em todo o território nacional, não traduzindo assim a linguagem e as necessidades do povo de cada região, principal característica da metodologia freiriana”.

O foco inicial do MOBRAL era alfabetizar os indivíduos entre 15 e 35 anos; contudo, a partir do ano de 1974, a população não alfabetizada entre 9 e 14 anos de idade foi incluída no programa. O primeiro presidente do MOBRAL, Mário Henrique Simonsen, declarou, à época, que até o final da década de 1970 todos os indivíduos com até 35 anos de idade estariam alfabetizados, erradicando-se o problema nessa faixa etária, o chamado ‘milagre brasileiro’. Educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Célia da Rocha Reufels criticavam o Mobral por acreditar que seu método ‘produzia males’ e os alunos não conseguiriam ser alfabetizados de fato. Apesar disso, o movimento recebeu importantes prêmios, dentre os quais da UNESCO (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

Em 1970, o Brasil tinha mais de 18 milhões de adultos analfabetos, o que representava 33,6% da população com mais de 15 anos (SACONI, 2010). Até 1977, segundo dados do programa, o MOBRAL alfabetizou 11,2 milhões de indivíduos, o que fez baixar a taxa de analfabetismo de 60 para 14%. Porém esses dados são contestados por agências governamentais, como a Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CUNHA; XAVIER, 2009).

Apesar das expectativas, o MOBREAL foi um fracasso. Nas palavras de Saconi (2010) “um dos maiores fracassos educacionais da história do Brasil”. O programa durou 15 anos, quando o presidente José Sarney o extinguiu em 1985. No seu tempo de vigência, 40 milhões de estudantes foram assistidos pelo programa, mas apenas 15 milhões foram, de fato, alfabetizados, o que representa uma redução de apenas 2,7% do analfabetismo no Brasil quando do início do programa.

Vanilda Paiva (2003) evidencia o fracasso do Mobral na afirmação de que “muitos dos que terminavam os cursos do Mobral a eles retornavam, mesmo tendo sido considerados alfabetizados” (p. 366). Essa afirmação evidencia que a redução do número de indivíduos não alfabetizados nada tinha a ver com a quantidade de pessoas que realmente tinha aprendido. Eram apenas números.

O fracasso do MOBREAL é corroborado pelo Censo de 1980, que apontou um “aumento de 540 mil pessoas no número absoluto de analfabetos de 15 anos ou mais no decênio 1970-1980”. O número de alfabetizandos do programa era muito inferior ao inicialmente proposto e as taxas de evasão eram altas. “Apenas 15% dos alunos do Mobral chegavam ao fim do curso de alfabetização, e o percentual que regredia ao estágio anterior era sempre alto, qualquer que fosse o método de estimativa” (CUNHA; XAVIER, 2009).

Além desses problemas, a inconformidade dos métodos de alfabetização chamaram a atenção da UNESCO e da Organização das Nações Unidas (ONU), que previam que “os programas de alfabetização deveriam ser funcionais, isto é, estar vinculados à vida produtiva dos educandos, ter uma duração mínima de 8 meses e prover formação continuada após sua conclusão”, requisitos não atendidos pelo MOBREAL.

Vanilda Paiva (2003) acredita, ainda, que o Mobral não deu certo porque o programa foi imposto, não foi idealizado por seus educadores, não possuía material didático adequado, os professores não recebiam uma boa remuneração e tratava-se de um instrumento para impor o autoritarismo do regime militar.

Rybczynski (2014) acrescenta outra razão para o fim do Movimento Brasileiro de Alfabetização: a crise econômica de 1980. Segundo o autor, o

programa demandava altos custos e, como a educação nunca foi considerada uma prioridade no país, foi alvo da má gestão e do desinteresse do governo da época. Além disso, problemas como a fome dos alunos, a falta de infraestrutura das salas de aula e a insegurança também pesaram: os alunos saíam antes de a aula acabar para comer; as aulas aconteciam em barracões em locais de difícil acesso, que inundavam nas chuvas; as localidades possuíam pouca iluminação e as aulas iam das 19h às 23h, aumentando a sensação de insegurança.

No ano de 1980, os objetivos do MOBREAL foram alterados e suas políticas foram direcionadas às ações comunitárias, especialmente em se tratando de “educação, cultura, saúde, nutrição, saneamento, treinamento profissional, lazer, ecologia e previdência social” (NISKIER apud BELUZO; TONIOSSO, 2015, p. 203). O então presidente do MOBREAL, Arlindo Lopes Corrêa, acreditando haver erradicado o analfabetismo no Brasil, continuou o ensino de adultos, porém o ensino básico, e priorizou a educação pré-escolar, descaracterizando a proposta inicial do programa.

Em 1981, um novo presidente, Vicente Barreto, assumiu a gestão do MOBREAL e, no ano seguinte, os objetivos do movimento foram delimitados a “atender 400 mil crianças de 04 a 06 anos no programa pré-escolar e 1 milhão e 700 mil adolescentes e adultos no programa supletivo”. Em 1985, o MOBREAL foi extinto e substituído pela Fundação Educar, considerada uma ‘solução’ para o ensino básico. Naquele momento, havia mais de 30 milhões de analfabetos no país (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

O Regime Militar chegou ao fim em março de 1985, quando começou a Nova República, marcada pelo governo do presidente José Sarney, primeiro presidente eleito após a ditadura militar. A Nova República não durou muito e terminou junto com o mandato de Sarney.

Em tese, o Mobral não contribuiu de modo significativo para a Educação de Jovens e Adultos, pois muitos dos educandos saíram do programa sem conseguir se alfabetizar e o programa foi, no final das contas, um grande fracasso. Justamente por isso, a palavra Mobral tomou um sentido pejorativo, que se relaciona a sinônimos como “burro”, “ignorante”, “analfabeto”, entre outros nesse segmento.

Assim como o Mobral e seus objetivos mostraram-se fracassados, o material didático também apresentou importantes lacunas e evidenciou-se insuficiente e incoerente com a realidade da educação de jovens e adultos, conforme será apresentado no próximo capítulo.

3.1 MATERIAL DIDÁTICO DO MOBREAL: PEDAGÓGICO OU IDEOLÓGICO?

O material didático do Movimento Brasileiro de Educação tinha distribuição gratuita para os alfabetizandos e alfabetizadores. Esse material era bem diverso e produzido em larga escala, o que tomava grande parte dos recursos destinados ao programa. Oliveira e Souza (2013) dão uma dimensão do volume e quantidade de material produzido na época:

[...] Em 1972, do total de oito milhões e 812 mil alunos escritos, sete milhões e 354 mil estavam nos cursos de alfabetização, 950 mil na Educação Integrada e 508 mil no curso de Desenvolvimento das Comunidades. Contudo, o critério que definia a tiragem e o número de exemplares que seriam distribuídos não correspondia à demanda. Desse modo, para os sete milhões e 354 mil alunos inscritos no curso de alfabetização, foram publicados e distribuídos quatro milhões e 844 mil livros de leitura, 12 milhões e 171 mil livros de leitura complementar e 48 milhões diários do Mobral. Identifica-se que a tiragem do livro de leitura foi abaixo do número de inscritos, por outro lado, a do livro de leitura complementar era superior à demanda da inscrição (p. 21).

As cartilhas não eram elaboradas pelas equipes técnicas do Mobral, mas por organizações privadas, com o Abril Cultural S.A., a Bloch Editores S.A. e a Gráfica Editora Primor S.A (OLIVEIRA; SOUZA, 2013). Pederiva (2015) ressalta que o material didático era constituído de “livros de leitura, livros de exercícios e linguagem matemática para o alfabetizando, livro do alfabetizador e um conjunto de cartazes denominados “cartazes geradores” para os professores e manual do professor” (p. 33).

Dentre os principais conteúdos, destacavam-se a educação rural, cujo ambiente era comumente apresentado nas cartilhas. Os autores acreditam que isso acontecia porque “nas décadas de 1970 e 1980, segundo dados do IBGE,

respectivamente 44,06% e 32,41% da população ainda residia na zona rural e o êxodo era cada vez mais crescente” (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p. 21).

Uma vez que a proposta do Mobral visava estabelecer uma relação com a realidade dos alfabetizados (conforme propunha também o método de alfabetização de Freire), é compreensível que os conteúdos abordassem a zona rural e suas características.

Todavia, ainda que o ambiente rural estivesse bastante presente no material didático do MOBREAL, as ilustrações dos espaços urbanos e sua divulgação como um lugar de oportunidades e possibilidades de melhoria de vida eram também muito fortes. Tratava-se de uma visão homogênea da sociedade que tratava todos os locais do país como ‘iguais’, chamando sempre a atenção da superioridade da zona urbana em detrimento da zona rural. O campo, então era exposto como um lugar atrasado, o que evidenciava a intenção do Mobral de estimular os cidadãos a ocupar os espaços urbanos, prepara-los para o consumo e o crescimento dos mercados (ANDRADE et. al., 2015).

Além disso, outra preocupação era estimular os estudantes a acreditar na importância da manutenção da ordem garantida pela Ditadura. Considerando que, no Brasil, a educação sempre foi colocada a serviço dos ideais políticos, no contexto do Mobral não foi diferente. Especialmente por meio das cartilhas e da própria filosofia desse programa, havia uma intenção de legitimação da ideologia vigente. Vê-se, portanto, que o material pedagógico do Mobral tinha cunha mais ideológico, que pedagógico.

Nesse sentido, Santos (2014) adverte que:

Os militares não pouparam esforços para exercer o controle e eliminar quaisquer resquícios de resistência ao regime autoritário e que, para além dos já conhecidos mecanismo de tortura, repressão, atos institucionais e constitucionais, havia estratégias sutis utilizadas na preservação e difusão dos valores mantenedores do regime, como a intervenção na política educacional, pela qual seriam formados cidadãos condizentes à nova ordem política vigente no país. [...] O intuito era de formar uma espécie de homogeneização de valores, assim toda uma sociedade aderiria ao sistema de ideias militares sem que houvesse divergências de posicionamentos. Nesse contexto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) representa um exímio exemplo do arcabouço ideológico do regime militar. Um movimento alfabetizador em que são postos, ainda que de modo oculto, concepções de legitimação política. O Mobral serviu enquanto uma

forte estratégia frente às ideias do regime em demonstrar preocupação com as classes populares (SANTOS, 2014, p. 310/311).

Os conteúdos do material didático ressaltavam a importância do patriotismo, da nação, da moral cristã e da família (imagens 13 e 14). A educação era, então, um meio de expandir valores, como submissão, ordem e civismo (OLIVEIRA, 2011).

Nesse ponto, deve-se analisar que de libertadora essa educação nada tinha; mas ao contrário disso, tratava-se de uma doutrinação com o objetivo de fazer os alfabetizados seguirem obedecendo ao regime militar sem contestar. Muitos jovens e adultos na época não tinham consciência do momento histórico que viviam.

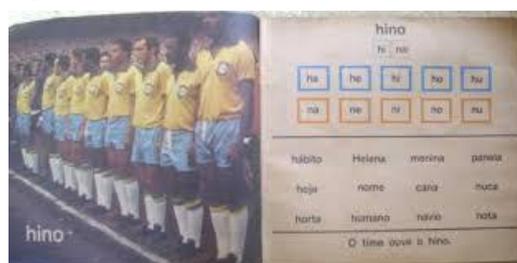
Nesse sentido, Vanilda Paiva (2003) discorre que os conteúdos constantes nas cartilhas do MOBREAL eram descontextualizados e tiravam dos alunos a possibilidade de compreenderem criticamente a sociedade na qual estavam inseridos e a situação vigente do país.

Imagem 15: Cartilha do Mobral, p. 14-15.



Fonte: Oliveira; Souza, 2013.

Imagem 16: Cartilha do Mobral, p. 28-29.



Fonte: Oliveira; Souza, 2013.

Nascimento apud Pederiva (2015) dá exemplo de conteúdo que enfatizava o trabalho no campo, demonstrando nesse trecho a ideia do campo como um lugar bucólico: “Paulo é um garoto honesto que gostava muito da horta. Ele é um herói porque cuida das cenouras e da hortelã pensando na humanidade” (p. 122).

As cartilhas do Mobral também destacavam a estima pela saúde e religiosidade, fazendo alusão ao “profeta” como sinônimo de bondade e da

“pobreza” como alusão à dignidade, honestidade, sacrifícios necessários para alcançar o “paraíso” cristão, ideais que contribuía diretamente para a manutenção das desigualdades sociais” (PEDERIVA, 2015, p. 123).

De acordo com a autora, os formuladores das cartilhas afirmavam que as cartilhas eram construídas com “palavras corriqueiras do universo linguístico brasileiro, ilustradas por cartazes sugestivos, com imagens familiares a todos os alunos” (p. 33) (vide imagem 17).

Imagem 17: Cartilha do Mobral, p. 50.



Fonte: Oliveira; Souza, 2013.

Como é notório, os conteúdos eram mesmo baseadas na realidade dos alfabetizando; todavia, não dava espaço para a discussão e o livre pensar, mas induzia os educandos de acordo com a ideologia da época. As concepções acerca das palavras apresentadas no processo de alfabetização eram destituídas de uma análise mais crítica que não se confrontasse com os ideários do regime.

Oliveira e Souza (2013) destacam que era perceptível ainda

[...] o incentivo às novas possibilidades de consumo aos alunos do programa, em especial aos trabalhadores do campo que, por sua vez, deparavam-se com a imagem da vida urbana como espaço de “progresso” e acesso às tecnologias que o mercado poderia oferecer. Em algumas ilustrações, a cartilha do programa ilustra imagens de famílias “desfrutando” dos benefícios que o rádio e a televisão poderiam oferecer como fonte de entretenimento (p. 23).

É visível que todos os conteúdos abordados nas cartilhas objetivavam doutrinar os alfabetizados a fim de que estes acreditassem que a sociedade

criada pelo regime militar era desejável e trariam o desenvolvimento para o país e melhoria de vida para a população.

Imagem 18: Cartilha do Mobral, p. 22-23



Fonte: Oliveira; Souza, 2013.

As cartilhas do Mobral enfatizavam as benfeitorias da tecnologia para aqueles que conseguissem se desenvolver com seu esforço. Lembrando que aos alunos era atribuída a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso obtido no programa. Assim, é perceptível que as ideologias estimulavam a ideia que o regime militar era positivo para o desenvolvimento do país e o desenvolvimento individual dos cidadãos. Contudo, conforme apontam Oliveira e Souza (2013)

Era preconizado que poderia ser construída uma sociedade onde “todos” pudessem ter uma vida “digna e fraterna”, a partir de formas de convivência baseada na igualdade de oportunidades, mas, nunca na igualdade de condição social. Assim, apregoava-se que todos deveriam se comprometer e trabalhar para a construção de uma “pátria engrandecida”, com homens responsáveis e solidários (p. 26).

Partindo desse princípio, todos os brasileiros poderiam se beneficiar dos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento oriundo dos ideais militares, pois o Regime Militar destaca que sua revolução favoreceria toda população. O governo agia para que a população acreditasse que tudo era feito para o bem do povo e as cartilhas do Mobral refletiam essa ideia (PEDERIVA, 2015).

Oliveira e Souza (2013) lembram que a cartilha do Mobral foi pensada para um determinado perfil de estudante: “analfabeto e pertencente às camadas populares, trabalhador braçal e menos remunerado” (p. 25). Por isso, as ideias

expostas nas cartilhas eram facilmente difundidas para aquela população e tentava imprimir o pensamento de que contribuiria para o fortalecimento e desenvolvimento da nação. Assim como não houve muita preocupação com a formação do educando na confecção das cartilhas do Mobral, assim também se deu a respeito da formação dos alfabetizadores que atuariam no movimento.

3.2 FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES DO MOBREAL

Assim como o material didático do Mobral era padronizado sem considerar as diversidades regionais e as distintas realidades no Brasil, a formação de professores seguia a mesma linha e as professoras não tinham formação didática adequada para lidar com aquela realidade, os chamados professores leigos. Santos (2015) afirma que o programa recrutava educadores sem qualquer exigência, evidenciando “a despreocupação com o fazer e o saber docentes – qualquer um que saiba ler e escrever pode também ensinar. Qualquer um, de qualquer forma e ganhando qualquer coisa” (p. 35).

Por isso, de acordo com Oliveira e Souza (2013) “acabavam por reproduzir as práticas que realizavam com as crianças, pois todas já atuavam no ensino das séries iniciais do ensino fundamental” (p. 31). Muitos desses educadores experimentavam, com o Mobral, a primeira vez que alfabetizavam adultos. Com isso, a alfabetização não acontecia efetivamente e os resultados eram insatisfatórios.

[...] dentre as lacunas que o Mobral apresentou, enfatiza-se a falta de formação adequada das professoras para lidar com os alunos adultos. Muito embora o programa contasse com o empenho dessas professoras, a falta de alinhamento dos seus objetivos com os interesses da população rural acabava por reforçar o sentimento de fracasso na maior parte dos alunos, que abandonavam as aulas e também, em parte, nos professores. Mesmo que essas professoras tivessem vasta experiência em sala de aula, o seu foco era a alfabetização de crianças. E, como não tiveram uma orientação adequada para alfabetizar aquele “novo público”, acabaram por introduzir práticas destinadas às crianças. Esse processo dificultava a alfabetização dos adultos, pois eles necessitavam de outros caminhos pedagógicos para aprender (OLIVEIRA; SOUZA, 2013, p. 32).

Pederiva (2015) lembra que as educadoras do programa eram muito novas, algumas sequer haviam concluído o magistério e também as monitoras e auxiliares não possuíam formação específica. A formação mais adequada para essas educadoras na época era o magistério, mas mesmo assim, havia lacunas no curso. Nesse sentido, “o governo militar desenvolveu cursos específicos de formação para as professoras que atuavam ou viriam a atuar no MOBREAL” (p. 54).

Pode-se inferir o tipo de formação que essas profissionais recebiam: uma formação deficiente, inapropriada e voltada para repercutir os ideais do regime militar. Professoras ‘improvisadas’, com salários defasados e atuação restrita a cumprir os objetivos do programa em detrimento da formação crítica dos educandos.

Coelho e Silva (201?) afirmam que a contratação dos professores para lecionar no Mobral se dava por indicação dos líderes políticos, considerando que aqueles professores não possuíam de formação específica para lecionar e, muitos deles não haviam sequer concluído o ensino fundamental, bastando, apenas, que soubessem ler ou escrever.

Em seu estudo, Marques et. al. (2016), perceberam que a prática pedagógica das professoras do Mobral se dava em classes multisseriadas e havia uma tentativa de reproduzir os conhecimentos devido à pouca formação. As práticas “eram voltadas ao aprender a ler e escrever por meio de métodos de cópia, formação de palavras, sílaba por sílaba” (p. 108). A falta de interesse numa formação docente mais adequada para aquele contexto refletia a falta de interesse na formação de alunos críticos.

Marques et. al. (2016) fazem questão de ressaltar que existia professores com formação em magistério e que, para esses profissionais, havia uma política salarial que distinguia os vencimentos de professores leigos e diplomados. Essa diferença salarial chegava a 30%.

Assim como não havia uma boa intenção no desenvolvimento do material didático do Mobral, a formação de professores refletia o descaso e a falta de prioridade na formação desses alfabetizados.

Os professores recrutados ou não tinham formação específica para tal ou não tinham formação alguma e serviam apenas para preencher lacunas do

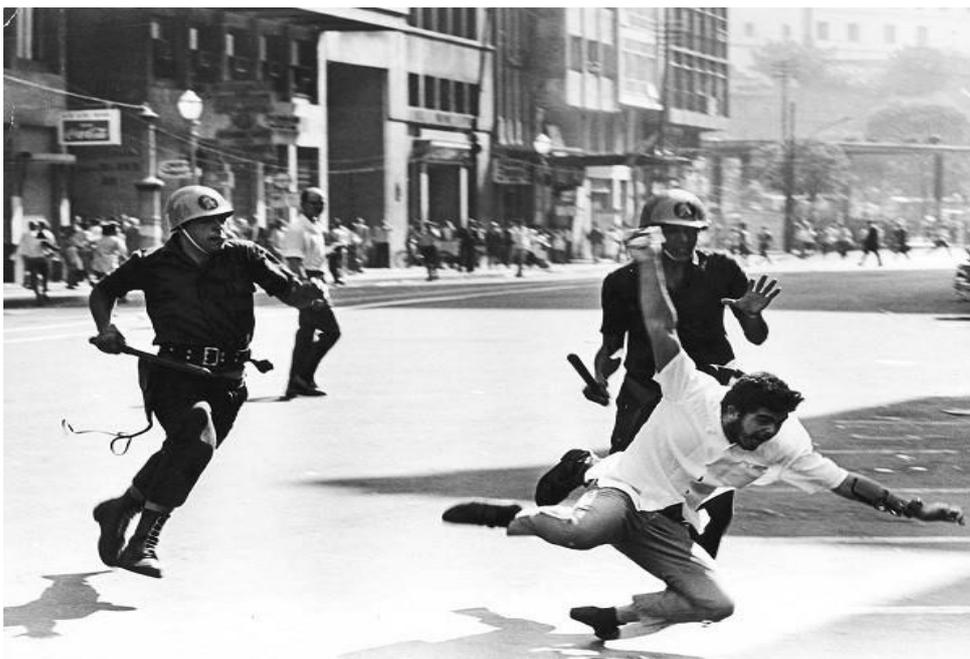
movimento, que tinham que convocar professores para executar essa função. Devido a essas falhas, o Mobral fracassou, dando lugar a novos projetos até a instituição da Constituição de 1988, que começou a mudar os rumos da EJA, conforme será visto no próximo capítulo.

4 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E OS NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Neste capítulo tratar-se-á acerca dos acontecimentos na educação de jovens e adultos após a queda do poder militar, enfatizando a nova roupagem dessa modalidade de ensino após a promulgação da nova Carta Magna.

O período militar foi um momento marcante para a história do Brasil, especialmente pelo modo arbitrário com que se deu. Os cidadãos tiveram seus direitos tolhidos bem como foram expostos a humilhação, censura, perseguição política, tortura, exílio e repressão (imagem 19, 20 e 21).

Imagem 19: perseguição política no período da Ditadura Militar.



Fonte: Toda política, 2018

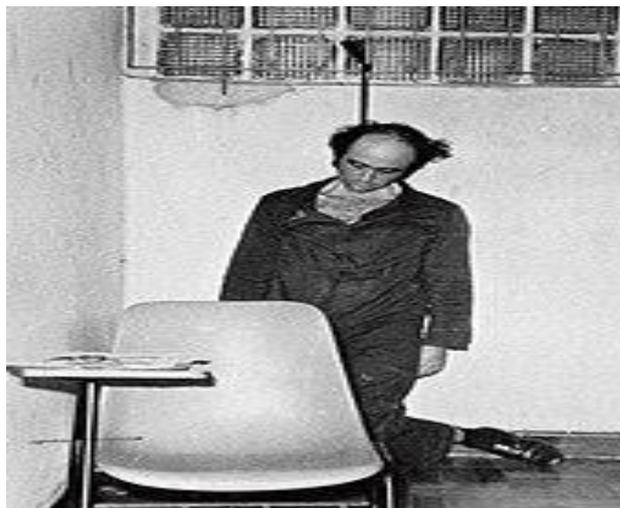
Caracterizado principalmente pelo autoritarismo, o Regime Militar foi um período difícil que deixou marcas sentidas até os dias atuais, como a dívida internacional, reflexos econômicos e traumas gerados àqueles que sofreram represália por expressar suas ideias. Muitas pessoas morreram por manifestarem-se contra a Ditadura e outras encontram-se desaparecidas até hoje

Imagem 20: O então deputado Rubens Paiva, que foi torturado e morto pela ditadura, em 1971.



Fonte: WIKIPEDIA, 2018.

Imagem 21: o jornalista Vladimir Herzog, morto dentro do Centro de Operações de Defesa Interna, órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 1964.



Fonte: WIKIPEDIA, 2018.

Conforme é possível observar nas imagens acima, o período da Ditadura foi bastante duro para os brasileiros, que sofreram diversos tipos de represália ao se posicionarem contra o sistema, que os oprimiu por duas décadas.

No final da década de 70 do século passado, o regime militar já demonstrava sinais de fracasso, o país atravessava dificuldades econômicas, endividamento, inflação e a população clamava pelo regime democrático. Após quase 20 anos de regime ditatorial, em 1984 a população foi às ruas pedir que

voltassem a acontecer eleições diretas para a escolha do representante do país, movimento que ficou conhecido como “Diretas Já”. Trata-se de um movimento considerado ‘marco’ para a democracia no Brasil. Milhões de brasileiros se mobilizaram em prol do fim da ditadura militar que deixou o país em ruínas. (QUADROS, 2014).

Imagem 22: Campanha pró Diretas Já na Praça da Sé, SP.



Fonte: Quadros, 2014.

A Diretas já foi um movimento organizado, pacífico e objetivo cuja participação popular em massa foi crucial para derrubar a ditadura militar. Na imagem abaixo (imagem 22) é possível perceber a presença de dois importantes nomes no Brasil fazendo campanha para o fim da ditadura militar; personalidades que mais tarde se tornariam presidentes da república: Fernando Henrique Cardoso (à esquerda) e Luís Inácio Lula da Silva (à direita) na imagem acima.

Mas ainda não foi em 1984 que a Ditadura Militar acabou. O próximo presidente, Tancredo Neves, havia sido eleito para o próximo mandato de presidente numa eleição indireta. Ainda que indireta, o pleito de Tancredo Neves já assinalava a chegada de novos tempos para o Brasil. Tancredo Neves não chegou a assumir o cargo por questões de saúde que o levaram, posteriormente, à óbito; o que colocou seu vice, José Sarney, no poder até o ano de 1990,

quando, então, ocorreu a primeira eleição democrática para presidência da república e Fernando Collor de Melo foi eleito diretamente pelo povo (CRUZ JÚNIOR, 2013).

O final do governo militar de 1964 culminou com a hiperinflação, e grande parte das obras paralisadas pelos sertões do Brasil. Devido ao sistema de medição e pagamento estatal, as empreiteiras abandonaram as construções, máquinas, equipamentos e edificações. Em 8 de maio de 1985, o congresso nacional aprovou emenda constitucional que acabava com alguns vestígios da ditadura. Algumas das medidas aprovadas: por 458 votos na câmara e 62 no senado foi aprovada a eleição direta para presidente (mas em dois turnos); com apenas 32 votos contra na câmara e 2 no senado, foi aprovado o direito ao voto para os analfabetos; os partidos comunistas deixaram de ser proibidos; os prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e municípios considerados de segurança nacional voltariam a ser eleitos diretamente; o Distrito Federal passou a ser representado no Congresso Nacional por três senadores e oito deputados federais e acabou com a fidelidade partidária. Finalmente em 28 de julho, Sarney enviou a emenda constitucional que convocava a Assembleia Nacional constituinte, que foi aprovada em 22 de novembro (Emenda Constitucional 26). Na verdade, por uma conveniência política, a Constituinte seria composta pelos mesmos deputados legisladores. Eleita em 15 de novembro de 1986 e empossada em 1 de fevereiro de 1987, a constituinte funcionou até 5 de outubro de 1988 quando foi promulgada a Constituição (WIKIPEDIA, 2018).

Com o fim da Ditadura Militar, findou-se também o Mobral. O Mobral, extinto em 1985, foi substituído pelo Projeto Fundação Educar, que durou até 1990, ao qual incorporou todos os seus bens. O alvo desse projeto era fornecer a educação básica para aqueles que não conseguiram cursá-la em tempo hábil. Para Rybczynski (2014), o maior contraste entre o Mobral e o Projeto Fundação Educar foi a participação do MEC com maior contribuição financeira, apoio governamental, de empresas e ONGs.

Após a extinção da Fundação Educação, em 1990, foi criado o PNAC, Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que também não se manteve por muito tempo. Após um ano, EM 1991, o PNAC foi encerrado por falta de sérias intenções, considerando que se tratava de outro programa de cunho político sem real intenção de favorecimento popular. Então, após o fim do PNAC foi criado o Projeto Educação de Jovens e Adultos, que dura até os presentes dias.

Após a instituição da Constituição Federal de 1988 (CF), o Estado assumiu seu dever com a educação, de modo gratuito e obrigatório. Em seu artigo 205 está posto que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 99).

Para além da CF 1988, foi promulgada ainda a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que se tornou referência para a educação em todo o Brasil. Em seu artigo 2º, a LDB também prevê a importância da educação para o desenvolvimento do cidadão e do país:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 27).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 foi uma vitória para a educação no Brasil, pois depois de 25 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, Lei 5.692/71, surgiu a LDB visando “o pleno desenvolvimento da pessoa humana e suas inovações a fim de mobilizar toda a sociedade brasileira acompanhada de uma vontade política de mudar” (MARTINS; AGLIARDI, 2013, p. 7).

A EJA também foi reconhecida pela LDB, que considerou essa modalidade do ensino como inclusiva e compensatória, devendo o Estado investir nela, conforme preconiza seu artigo 37: “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996, p. 42).

Ainda que a CF (BRASIL, 1988) assegure que a educação seja um direito de todos os cidadãos, devendo ser ministrada na rede pública e possibilitar o acesso de qualquer pessoa, nem todos os cidadãos têm a mesma oportunidade de concluir os estudos. Justamente por nem todos os indivíduos terem a mesma condição de concluir a escolaridade regularmente, existe a Educação de Jovens e Adultos. Essa modalidade de ensino é ministrada no turno noturno e visa

receber alunos com idade igual ou superior a 15 anos completos. Geralmente, os alunos atendidos na EJA são pessoas que trabalham no turno diurno e não têm ou não teve condições de estudar nesse turno, ou seja, em sua maioria são os provedores da família que, por falta de condições financeiras, sociais ou geográficas não puderam concluir os estudos na rede regular de ensino.

A EJA abrange as etapas do ensino fundamental e médio com educandos que possui particularidades de, justamente por isso, em seu Artigo 5, parágrafo único, a LDB assegura que:

A identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. (BRASIL, 1996).

Nührich afirma que para consolidar a proposta e garantir os objetivos norteadores do curso da EJA, a LDB postula que:

O curso de EJA trabalha com uma metodologia que é própria do curso, dividida em cinco ciclos de aprendizagem. O primeiro e segundo ciclos correspondem ao primeiro segmento do ensino fundamental, com duração de dois anos. O terceiro e quarto ciclos correspondem ao segundo segmento do ensino fundamental, também com duração de dois anos, e o quinto ciclo, corresponde ao ensino médio, com duração de um ano e meio (NÜHRICH, S/D).

Beluzo e Toniosso (2015) asseveram que, a partir dos anos 1990, a Educação de Jovens e Adultos adquiriu mais importância, inclusive no cenário internacional. De acordo com os autores, as Conferências Internacionais para Educação de Adultos (CONFINTEAS), realizadas em 6 edições desde 1949, cuja última edição aconteceu no Brasil, em Belém, tem como principais objetivos:

1. Avançar o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como elemento importante para a aprendizagem ao longo da vida, da qual alfabetização é o alicerce;
2. Destacar o papel crucial da aprendizagem e educação de adultos para alcançar as atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento;

3. Renovar o impulso e compromisso políticos e desenvolver as ferramentas para a implementação para que movamos da retórica para a ação (BELUZO; TONIOSSO, 2015, p. 205/206).

Na última década do século XX, o Ministério da Educação criou uma Comissão Nacional específica para a EJA visando estimular os estados a sistematizar a política nacional do Ensino para Jovens e Adultos. Com isso, após o ano de 1999, acontece em todo o Brasil os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos a fim de fortalecer essa modalidade de ensino e que o direito universal à educação seja legitimado. Outros programas, como: O Ministério da Educação criou uma Comissão Nacional específica para a EJA, são marcos da redemocratização (JULIÃO et.al, 2017);

- 1995 - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR);
- 1996 - Programa Alfabetização Solidária (PAS);
- 1999 - Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos;
- 2000 - As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (DCN);
- 2002- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA);
- 2003 - Programa Brasil Alfabetizado (PBA);
- Aumento de 59% nas matrículas de Ensino Fundamental e de 344% nas matrículas de Ensino Médio entre os anos de 1997 a 2006 da EJA;
- 2010 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 03/2010).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (DCN) do ano de 2000 também dispõem sobre a oferta e estrutura dos componentes curriculares da EJA e determina que sejam preconizadas sua

identidade, particularidades, perfil dos alunos e, sobretudo, respeitar os princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio (BRASIL, 2000).

Considerando o esforço empregado para os educandos da EJA, frequentarem a escola, pois geralmente são sujeitos provedores da família que trabalham no turno diurno e apenas têm condições de estudar à noite, é

fundamental pensar numa metodologia que se adeque às suas necessidades e sua realidade.

A Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos assegura que a metodologia utilizada na sala de aula deve garantir a valorização do conhecimento do aluno da EJA, respeitando seus valores e diferenças.

A lei não apenas assegura a oferta de oportunidade escolar à população de jovens e adultos situados fora da idade regular, mas estabelece a necessidade de toda uma abordagem pedagógica, incluindo conteúdos, metodologias, tipologias de organização e processos de avaliação diferenciados daqueles dos alunos que se acham em idade própria. A ideia é que a escola trabalhe um processo psicopedagógico que respeite o perfil cultural do aluno adulto, ensejando-lhe o aproveitamento da experiência humana adquirida no trabalho e, portanto, manancial insubstituível de construção da trajetória de autoaprendizagem (CARNEIRO, 1998, p. 112).

Isso porque as peculiaridades da educação de jovens e adultas são muitas e, se estas não forem respeitadas, é muito difícil manter o educando na sala de aula, dado que suas condições de permanência perpassam por diferentes aspectos, especialmente a sensação de valorização nesse espaço.

Em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), antecedido pelo Programa Alfabetização Solidária (PAS), foi criado com o objetivo de vencer o analfabetismo, inclusivo de jovens e adultos. O programa não atingiu as metas e, em 2007, foi revisto, quando se estabeleceu novos fundamentos para garantir a universalização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Todos esses esforços voltados para a EJA resultaram num aumento de 59% nas matrículas de Ensino Fundamental e de 344% nas matrículas de Ensino Médio ente os anos de 1997 a 2006. Não obstante, outras importantes implementações foram criadas para a EJA, salientando-se:

[...] a criação, em 2004, (i) da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD)⁶ ; (ii) a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que substituiu o Fundef a partir de 2007, incluindo as matrículas da EJA na previsão dos seus recursos – Lei nº 11.494/07 (BRASIL, 2007); (iii) a instituição, em 2007, da

proposta de Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos; e (iv) a implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) em 2010.

[...] em 2007, foi criada a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos para a política nacional de Educação de Jovens e Adultos, que foi reconhecida como uma importante estratégia que visava reunir representantes de diversos segmentos da sociedade, de cada estado brasileiro, para trabalhar em conjunto, seguindo a filosofia do compromisso pela educação, impetrada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (JULIÃO et. al., 2017, p. 47).

Em 2010, foram estabelecidas as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 03/2010 – BRASIL, 2010), regulamentando tópicos relativos à Educação de Jovens e Adultos, como duração dos cursos e idade mínima para entrada, modos de avaliação do desempenho dos alunos, certificação e a oferta da EJA à distância (JULIÃO et. al., 2017). Em seu 2º Artigo, essa Resolução preconiza que

Para o melhor desenvolvimento da EJA, cabe a institucionalização de um sistema educacional público de Educação Básica de jovens e adultos, como política pública de Estado e não apenas de governo, assumindo a gestão democrática, contemplando a diversidade de sujeitos aprendizes, proporcionando a conjugação de políticas públicas setoriais e fortalecendo sua vocação como instrumento para a educação ao longo da vida (BRASIL, 2010).

Muitos foram os avanços da Educação de Jovens e Adultos desde a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, todavia, ainda há muito o que avançar, considerando que uma grande demanda de brasileiros adolescentes ou adultos ainda não estão alfabetizados. Nesse sentido, Julião et. al. (2017) observam que existem “mais de 15 milhões de analfabetos e 65 milhões pessoas com 15 anos ou mais que não concluíram o Ensino Fundamental; e 22 milhões com 18 anos ou mais que, apesar de terem concluído o Ensino Fundamental, não concluíram o Ensino Médio” (p. 50). Esses dados evidenciam que a EJA ainda precisa sofrer alterações para atrair esses cidadãos às salas de aula e possibilitar condições para que eles permaneçam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil é permeada de preocupações e especulações, considerando que dificilmente se encontra voltada para o bem da população, mas tem sempre um cunho ideológico que visa muito mais doutrinar do que educar.

Um dos momentos mais turbulentos e distintos da história do Brasil se deu com o Golpe Militar de 1964, que desestruturou a sociedade, impôs sua autoridade à força, destruiu muitas famílias e o importante trabalho que Paulo Freire, um dos mais importantes educadores da história, realizava naquele momento. De uma educação libertadora, proposta por Freire, a população se viu diante do Mobral, programa de alfabetização de adultos implantado após a Ditadura que tinham uma proposta tecnicista.

Apesar de proclamar uma proposta parecida com a de Freire, o Mobral, na verdade, buscava garantir a manutenção da ordem militar vigente. O Mobral foi um dos programas mais caros da história e durou quase duas décadas, mas se mostrou ineficaz justamente por não privilegiar o bem comum, mas a ordem ditatorial.

Naquele contexto, o Mobral apresentou uma contribuição irrelevante para a educação de jovens e adultos, atendo-se, especialmente, à manutenção da ideologia e aceitação do regime militar. Justamente por isso, o programa logrou pouco sucesso terminou com um programa fracassado.

Com a queda da ditadura, o Mobral acabou, dando lugar a outros programas, como o Projeto Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania. A Constituição Federal de 1988 foi, sem dúvida, o grande marco para a história do país, que saía de um sistema ditador e experimentava um regime democrático. Junto com a CF, vieram melhorias para a educação, que ganhou mais força e representatividade. Assim como a CF, a LDB, lei que rege a educação nacional também foi instituída, trazendo melhorias para a área.

A Educação de Jovens Adultos foi beneficiada pelos novos rumos que a educação tomou após o regime democrático, que passou a contemplar as peculiaridades desse público e redesenhar os objetivos e métodos. A

Constituição Federal de 1988 foi o primeiro grande marco da redemocratização. Na última década do século XX, a EJA avançou consideravelmente, podendo-se destacar diferentes programas voltadas para a modalidade de ensino, como o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, no mesmo ano, em 1990; em 1991, foi criado o Projeto Educação de Jovens e Adultos, que dura até os presentes dias; em 1996, foi promulgada ainda a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma referência para a educação nacional; também em 1996 foi criado o Programa Alfabetização Solidária (PAS); na última década do século XX o Ministério da Educação criou uma Comissão Nacional específica para a EJA; após o ano de 1999, passou a acontecer em todo o país os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos.

Em 2000, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (DCN); em 2002, passou a acontecer o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA); em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA); em 2010, foram estabelecidas as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 03/2010 – BRASIL, 2010). Ainda há muito o que se alcançar na EJA, mas, sem dúvida, o que foi conseguido até aqui representa um grande avanço para a educação.

Concluiu-se que a educação no Brasil nunca foi uma prioridade, exatamente como aconteceu no período da Ditadura Militar. O Mobral surgiu num dos momentos mais turbulentos e distintos da história do Brasil e seu cunho ideológico visava muito mais doutrinar do que educar. Justamente por isso o programa não logrou sucesso, apesar de ter sido bastante duradouro e um dos mais dispendiosos da história do país. Após seu fim, com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, a educação tomou novos rumos e a Educação de Jovens Adultos teve seus objetivos e métodos redesenhados.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, José Carlos Brandi; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. In: **Senatus**, Brasília, v.8, n.2, p.68-79, out. 2010.

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Angela Maria. **A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais**. In: XII Congresso Nacional de Educação. 2015. P: 1283-1299.

AMARAL, Wagner Roberto do. **Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: conceitos e contextos**. S/D. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_educacao.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

ANDRADE, Claudia Cristina dos Santos et. al. **III Seminário Internacional Diálogos com Paulo Freire**. 2015. Disponível em: <<http://abacoenred.com/wp-content/uploads/2016/01/Freire-Paulo-1921-1997-Brasil-2015.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

ARAUJO, Inês Olinda Botelho de. Resenha do Livro: PAIVA, Vanilda Pereira - Educação Popular e Educação de Adultos-5ª edição - São Paulo -Edições Loyola – Ibrades – 1987. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.20, p. 167 - 179, 2005.

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. In: **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 2, n. 1, p: 196-209, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; lei 9.394/96**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.** 1971. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. **Parecer CEB nº:11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** 2000.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** 2000.

_____. **Conferências Nacionais de Educação: construindo o sistema nacional articulado de educação – o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação (Documento final).** Brasília, DF: MEC, 2010.

BUFARAH, Álvaro. **Paulo Freire diminuiu pela metade o analfabetismo em São Tomé e Príncipe.** 2003. Disponível em:
<<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-11-01/paulo-freire-diminuiu-pela-metade-analfabetismo-em-sao-tome-e-principe>>. Acesso em: 29 set. 2018.

CALEGARI, Ricardo Pereira. **Os 2010 anos de pedagogia jesuíta no Brasil.** 2014. Disponível em:
<https://www.uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/5_es_memoria/03.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

CARVALHO, Frank Viana. **A Educação no Brasil no Período do Estado Novo.** 2011. Disponível em:
<<http://frankvcarvalho.blogspot.com/2011/10/educacao-no-brasil-no-periodo-do-estado.html>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

CAPUTO, Caroline. **Ed. Para jovens e adultos.** 2016. Disponível em:
<<http://faveni.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/material-completo-EJA.pdf>>.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COELHO, Leni Rodrigues; Silva, Fabricio Valentin da. **Educação de jovens e adultos: MEB e Mobral no período do Regime Militar em Tefé/AM (1968-1975).** 2017. Disponível em:
<https://www.google.com.br/search?q=como+era+a+forma%C3%A7%C3%A3o+de+professores+no+mobral&rlz=1C1SQJL_pt-

BRBR781BR781&ei=dVm2W7eiDMLszgLPm5OwCw&start=10&sa=N&biw=1366&bih=657#>. Acesso em: 04 out. 2018.

CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **Golpe Militar de 1964**. 2017. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CRUZ JÚNIOR, Ademar Seabra da. Constituinte e a democratização no Brasil: o impacto das mudanças do sistema internacional. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 88, 2013.

CUNHA, Luís Antônio. **Programa Nacional de alfabetização (PNA)**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-nacional-de-alfabetizacao-pna>>. Acesso em: 16 set. 2018.

CUNHA, Luís Antônio; XAVIER, Libânia. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>>. Acesso em: 18 set. 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. In: **Revista Tempo**, v. 14, n. 28, 2010, p: 125-145:

FÁVERO, Osmar. **Paulo Freire: primeiros tempos**. S/D. Disponível em: <http://dhnet.org.br/educar/40horas/favero_paulo_freire_primeiros_tempos.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. In: **Rev. Bras. Hist.** v. 33, n. 66, 2013, p: 113-134.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GONZALEZ, Flávio. **Paulo Freire, uma referência mundial**. 2016. Disponível em: <<http://www.controversia.com.br/blog/2016/10/20/paulo-freire-uma-referencia-mundial/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes et. al. As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da Constituição e da LDB. In: **Revista Unisul**, v.11, n. 19, p. 40 - 57, 2017.

LAMARÃO, Sérgio. **Revolta dos Sargentos**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-dos-sargentos>>. Acesso em: 18 set. 2018.

LIMA, Verônica Rodrigues de. **Avaliação diagnóstica nas etapas finais da EJA: um convite a outras possibilidades**. Dissertação [mestrado]. Jaguarão: Universidade Federal do Pampa, 2017. 171 f.

LIMA, Antônio Bosco de. **Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932): leituras de seus 80 anos**. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.20.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

MARINELLO, Carol Ferreira. **Paulo Freire**. 2014. Disponível em: <<http://profcm.blogspot.com/2014/06/paulo-freire.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

MARQUES, Tatyane Gomes et. al. Práticas docentes de professoras leigas em escolas no campo: uma análise das histórias de vida. In: **cadernos Cenpec**, v.6, n.1, p. 96-119, 2016.

MARTINS, Adelaide Terezinha de Oliveira; AGLIARDI, Delcio Antônio. **A legislação de educação de jovens e adultos a partir da Constituição Federal de 1988**. 2013. Acesso em: <http://www.ucsobservatorios.com.br/uploads/2013/Políticas_de_EJA/Trabalho/07_05_50_A_LEGISLACAO_DE_EDUCACAO_DE_JOVENS_E_A.pdf>. Disponível em: 06 out. 2018.

MELLO, Giusévilly de Souza; RAFANTE, Heulalia Charalo. O movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL) à luz do pensamento de Emile Durkheim e Antônio Gramsci: da conservação à superação da sociedade capitalista. In: **Joingg – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. VII JOREGG – Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci: Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia**. Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação 23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE Anais da Jornada: ISSN 2526-6950.

MENEZES, Marília Gabriela de; SANTIAGO, Maria Eliete. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. In: **Pro-Posições**, v. 25, n. 3 (75), p. 45-62, 2014.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Manifesto Pioneiro da Educação Nova**. 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo de João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. Tese [doutorado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. 406 p.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza. **Educação de Jovens e Adultos: as contribuições de Paulo Freire**. 2014. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

NÜHRICH, Soraia Liége. **Educação de pessoas jovens e adultas: um olhar investigativo sobre uma proposta curricular**. S/D.

OLIVEIRA, JR Folena de. **O Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e a Anistia**. 2010. Disponível em: <<https://jr-folena-de-oliveira-adv.jusbrasil.com.br/noticias/2390401/o-plano-nacional-de-alfabetizacao-pna-e-a-anistia>>. Acesso em: 17 set. 2018.

OLIVEIRA, Letícia Borges de; SOUZA, Sauloéber Társo de. **Educação no Campo: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985)**. Dissertação [mestrado]. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2015. 150 p.

PAIVA, Luciana Vilela. **A educação nas páginas do jornal “O Correio”**. Dissertação: [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São João Del-Rei, 2014.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

_____. **História da EJA no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://pedagogiafoconaeja.blogspot.com/2011/06/historia-da-eja-no-brasil-vanilda-paiva.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PASSOS, Analva Aparecida de Andrade Lucas et. al. **Lutas e conquistas da EJA: discussões acerca da formação de professores em Educação de Jovens e Adultos**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2013. 165 p.

PEDERIVA, Ana Cristina. **“O MOBREAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever”: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha-MG (1970-1985)**. Dissertação [mestrado]. São João Del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2015. 161 p.

QUADROS, Vasconcelos. **Maior movimento popular da história do Brasil, Diretas Já completa 30 anos**. 2014. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-01-24/maior-movimento-popular-da-historia-do-brasil-diretas-ja-completa-30-anos.html>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

REIS JR, Dalmir. **MOBRAL (Ensine a Ler) – 1970**. 2016. Disponível em: <<https://www.propagandashistoricas.com.br/2018/06/propaganda-antiga-mobral.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

RIBEIRO, Juarez. **Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização**. 2018. Disponível em: <<http://juarezribeiroa.blogspot.com/2018/02/mobral-movimento-brasileiro-de.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

RODRIGUES, Zwinglio. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Considerações Históricas e Legislativas**. 2011. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/historicoelegislativo/index.php?pagina=0>>. Acesso em: 10 set. 2018.

RODRIGUES, Natália. **Estado Novo**. 2016. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

RYBCZYNSKI, Estanislau. **Mobral, o ensino da ditadura**. 2014. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/9064/Mobral,+o+ensino+da+ditadura>>. Acesso em: 18 set. 2018.

SACONI, Rose. **Mobral, o fracasso do Brasil grande**. 2010. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,mobral-fracasso-do-brasil-grande-imp-,606613>>. Acesso em: 18 set. 2018.

SANTOS, Gislene Maria Mota dos. **A formação dos professores na EJA na perspectiva dos textos visuais**. Dissertação [mestrado]. Salvador/BA: Universidade do Estado da Bahia, 2015. 121 p.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. Mobral: a representação ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. In: **Revista Crítica História**, Ano V, nº 10, dezembro/2014.

SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; CAMARA BASTOS, Maria Helena (Orgs.). **História e memórias da educação no Brasil: vol. III século XX**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

STRECK, Danilo R. Uma pedagogia do movimento: Os movimentos sociais na obra de Paulo Freire. In: R. **Educ. Públ. Cuiabá**, v. 18, n. 36, p. 165-177, 2009.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Revista HISTEDBR On-line**, n.38, p. 49-59, 2010.

TAVARES, Ana Cristina. **Paulo Freire, o educador que trouxe para o ensino muito mais do que o bê-á-bá**. 2017. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/paulo-freire-educador-que-trouxe-para-ensino-muito-mais-do-que-be-ba-21241061>>. Acesso em: 17 set. 2018.

TODA POLÍTICA. **Como foi a ditadura militar no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/ditadura-militar/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

UNESP. **Tipos de revisão de literatura**. 2015. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

VALLE, Maria Ribeiro do (org). **1964-2014: Golpe Militar, história, memória e direitos humanos**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014. 174 p.

WIKIPEDIA. **Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_no_Brasil_\(1964%E2%80%931985\)#Colapso_do_regime](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_no_Brasil_(1964%E2%80%931985)#Colapso_do_regime)>. Acesso em: 3 nov. 2018.